



270 MORTES ANUNCIADAS

Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre
o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho (Brasil) de
25 de janeiro de 2019



Índice

Sumário Executivo	3
Sumário Executivo do Relatório da Comissão.....	4
Conclusões e Recomendações da Comissão.....	7
I. Criação da Comissão de Inquérito.....	8
II. Sumários de Testemunhos e Reuniões	9
III. Reunião com os Representantes dos Familiares Sobreviventes.....	11
IV. Reunião com o Bispo Auxiliar Dom Vicente de Paula Ferreira e a Articuladora Social das Comunidades Atingidas Marina Oliveira.....	14
V. Reunião com a Comunidade de Córrego do Feijão no Centro Comunitário de Córrego do Feijão.....	17
VI. Reunião com o Movimento dos Atingidos por Barragens) (MAB)	20
VII. Testemunhos em vídeo.....	22
VIII. Reunião com o Poder Legislativo e os Deputados Federais e Estaduais sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	23
IX. Reunião no Ministério Público do Trabalho (MPT)	25
X. Reunião com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)	27
XI. Reunião com a Comunidade Pataxó-Hã-Hã-Hã-Hãe.....	29
XII. Conclusões e Recomendações da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho.....	31
1. Justiça	33
2. Independência	34
3. Transparência	36
4. Dissuasão	37
Conclusão.....	38
Agradecimentos.....	39
Anexo: Declaração Preliminar da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho....	39
Anexo: Breves Biografias da Comissão de Inquérito da ICLR ao Brasil 2019....	41

Sumário Executivo

A filha de Maria, Priscila, tinha 29 anos e seu corpo foi encontrado 79 dias depois. O marido de Edi tinha 58 anos e seu corpo não foi encontrado por quatro meses. Eles eram dois dos 270 homens e mulheres (e 2 nascituros) que foram mortos por um muro de rejeitos de minério de ferro que desabou e se dissolveu no horário do almoço em 25 de janeiro de 2019, despejando seu lama tóxico sobre prédios e moradores no estado de Minas Gerais.

“A Priscila tinha dito que nunca queria ser enterrada quando morresse, mas ela acabou morrendo sendo enterrada viva,” Maria disse aos seis membros da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho em sua visita urgente ao Brasil no final de julho de 2019. A Comissão, um grupo global de especialistas em direitos humanos, saúde e segurança, descobriu, após quatro dias de audiências, que esses indivíduos foram submetidos a uma “atrocidade” ambiental e humana. Membros da comunidade e trabalhadores não foram propriamente mortos e/ou traumatizados por um muro de rejeitos de minério de ferro, mas sim por uma cultura de negligência corporativa, redução de custos e omissão.¹ A Comissão selecionou um título adequado à gravidade do fracasso humano nesta catástrofe: “270 Mortes Anunciadas.”

O relatório da Comissão apela aos governos estaduais e federais e ao Judiciário no Brasil para que apliquem os princípios de direitos humanos para ajudar a fornecer a justiça desesperadamente necessária às vítimas da Vale. O relatório inclui depoimentos originais de uma ampla variedade de comunidades afetadas pelo rompimento da barragem, incluindo as perspectivas de um importante bispo católico, familiares, líderes de movimentos sociais, representantes das comunidades indígenas Pataxó-Hã-Hã-Hã-Hã e representantes de sindicatos. Além disso, a Comissão relata reuniões com investigadores legislativos estaduais, um promotor do trabalho e legisladores federais e estaduais. A seção “Conclusões e Recomendações”² da Comissão inclui uma explicação sucinta da aplicação dos instrumentos internacionais acordados pela legislatura e pelo Judiciário brasileiros. A Comissão identifica quatro áreas cruciais para a reforma: “Justiça, Independência, Transparência e Dissuasão.”

Na sua constatação e recomendação “Justiça”, a Comissão apela à plena consideração de todas as opções judiciais contra aquilo a que chama de “atrocidade” ambiental e humana do rompimento desta barragem. Os processos criminais devem fazer parte dessa consideração, conforme previsto em outros sistemas judiciais, como o da Austrália. Além disso, a Comissão apela à supressão de quaisquer limites legais em matéria de danos morais. Finalmente, a Comissão apela a uma rápida resolução às necessidades de todos os lesados, pois, como diz o ditado: “Justiça atrasada é justiça negada.”

1 Alguns dados sobre a Comissão: A pedido dos sindicatos da indústria mineira, a ICLR recrutou especialistas em direitos trabalhistas e saúde e segurança em todo o mundo. A Comissão esteve no local de 27 de julho de 2019 a 1 de agosto de 2019. Foram incluídos na Comissão: Oscar Alzaga, advogado do trabalho mexicano e antigo juiz do trabalho; Frank Luce, advogado do trabalho canadiano e antigo professor; David Michaels, professor na Universidade George Washington e Secretário Adjunto do Trabalho para a Segurança e Saúde no Trabalho do Presidente Obama, 2009-2017; A advogada Jeanne Mirer, advogada trabalhista (Nova Iorque, NY) e presidente da ICLR; Micòl Savia, advogado italiano e conselheiro da International Association of Democratic Lawyers (Associação Internacional de Advogados Democráticos) nas Nações Unidas em Genebra; Richard Spoor, advogado sul-africano que representa os trabalhadores de minas em exposições ocupacionais em minas sul-africanas.

O trabalho da Comissão é apoiado pela International Lawyers Assisting Workers - ILAW (Advogados Internacionais Auxiliando os Trabalhadores), a Association of Labour Lawyers of Latin America - ALAL (Associação de Advogados Trabalhistas da América Latina), a Canadian Association of Labour Lawyers - CALL (Associação Canadense de Advogados Trabalhistas) e a International Association of Democratic Lawyers - IADL (Associação Internacional de Advogados Democráticos).

2 Antes da conclusão deste relatório completo, a Comissão forneceu uma cópia apenas dos “Resultados e Recomendações” às Comissões Parlamentares de Inquérito Estatal e Federal (CPIs) para que as considerassem antes da publicação dos seus relatórios em meados de setembro de 2019. Assim, estas comissões beneficiaram de todas as conclusões e recomendações da Comissão antes de emitirem os seus relatórios. Estas conclusões podem ser um anexo à esses relatórios.

“A Priscila tinha dito que nunca queria ser enterrada quando morresse, mas ela acabou morrendo sendo enterrada viva.”

Em sua seção “Independência”, a Comissão adverte sobre os perigos da privatização na remediação de desastres ambientais e humanos, e pede o fim do controle corporativo de fundos para acordos e remediações de desastres. Com relação à “Transparência”, a Comissão pede a divulgação pública de todas as informações, audiências e negociações, a fim de evitar a repetição de uma história de negociação individualizada pelas empresas em acordos de desastre, em detrimento as famílias e da comunidade em geral.

No que diz respeito à “Dissuasão”, a Comissão sublinha o cálculo perverso da tomada de riscos pelas empresas, que desvaloriza a vida humana. A “Prevenção” da catástrofe falhou no setor de mineração do Brasil. Um sistema intensificado de penalidades, com nova ênfase em danos punitivos, deve ser desenvolvido a fim de impedir comportamentos imprudentes. Com o desastre da barragem de Mariana a meros três anos atrás, os funcionários da empresa devem ser impedidos de colocar mais vidas humanas em risco por meio de legislações rigorosas e penas severas. As testemunhas ouvidas pela Comissão relatam que dezenas de outras barragens de risco pairam sobre outras comunidades.

Em resumo, “270 Mortes Anunciadas” é um apelo a uma vida justa, assegurando que o Estado de Direito seja aplicado vigorosamente contra os infratores, com indenizações eficazes e equivalentes para todos os lesionados. A Comissão espera que, ao seguir suas recomendações, as autoridades brasileiras possam ajudar a proporcionar algum consolo e justiça aos sobreviventes do rompimento da barragem de Brumadinho e transformar radicalmente uma cultura corporativa de inadimplência.

Sumário Executivo do Relatório da Comissão

1. Exemplos de declarações de familiares das vítimas

“O Bruno foi assassinado por uma caneta. Alguém na Vale sabia que a barragem era instável e poderia entrar em rompimento a qualquer momento e não disse nada.” (Andresa Aparacida Rocha Rodrigues)

“Por causa do Vale, a minha felicidade foi roubada.” (Nayara Cristina Dias Porto)

“O Vale nos deve um pedido de desculpas. Mas ninguém da Vale sequer falou conosco.” (Jacinta Francisca Mateus Costa)

“A Vale colocar o refeitório, os escritórios e o alojamento no fundo da barragem foi um ato criminoso. Quando a barragem desmoronou, foi como se todos tivessem passado por uma máquina trituradora.” (Josiane Melo)

“O crime do Vale foi... um cálculo, era mais barato deixar isto acontecer do que preveni-lo.” (Kenya)

“Estamos num buraco, estamos numa vala.” (Geraldo Resende)

“A criança de seis anos não foi avisada durante vários meses que o pai dela não ia voltar para casa... As pessoas precisam de saber o que a Vale está fazendo para impedir o rompimento de outras barragens.” (Sergio Caldeira do Amaral)

2. Bispo Auxiliar Dom Vicente de Paula Ferreira

“O rompimento era previsível. Não era um ato de Deus ou da Natureza. O fato que isso era previsível aumenta nossa dor. O evento não está no passado, está no presente, [enquanto também] vive nas memórias das pessoas e em sua dor. Vivemos com aquela barragem desmoronada no coração das pessoas.”

3. Articuladora Social das Comunidades Atingidas Marina Oliveira.

“A Vale está usando todas as suas estratégias contra nós. Queremos que essas mortes sejam excepcionais ao mudar a realidade do país. Isso seria reconfortante. Se a mineração não mudar, morremos. As 270 vozes silenciadas na lama precisam ser ouvidas.”

4. Moradores de Córrego do Feijão

“Tenho uma loja, mas perdi o meu negócio. Fiquei presa durante um mês, sem direito a qualquer indenização. O meu negócio vendia artigos de papelaria. Ninguém pode comprar nada agora. Outros lojistas e agricultores estão arruinados. A Vale não reconheceu nossos danos. Não posso trabalhar agora por me sentir psicologicamente instável. Eu não tenho mais vida.” (Sara de Souza)

“Os bombeiros puseram os corpos no campo em frente à igreja. De lá eles foram para o necrotério, mas como a comunidade foi cortada, isso não aconteceu imediatamente. Os corpos nem sequer foram cobertos ou colocados em sacos até dias depois... Todos estão sofrendo. O meu marido está sofrendo, e a comunidade está sofrendo.” (Juliana Cardoso)

5. Cacique Pataxó-Ha-Ha-Hae

Além dos danos econômicos, o maior impacto do rompimento foi “roubar a nossa alegria.” (Tanara Santos)

6. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Jocile Andrioli

“Estamos lidando com um crime que afeta toda a humanidade. É um crime ambiental que agora é mais comum em um sistema que favorece o lucro acima de tudo.”

“Ao contrário de Mariana, o MAB decidiu desde o início lutar contra a Vale em várias frentes, incluindo controle territorial, apoio técnico e consulta legislativa, com a convocação de investigações oficiais.”

7. Equipe Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Eduardo Martins de Lima)

Os objetivos da CPI são encontrar os responsáveis, desenvolver alternativas e diretrizes para a indenização e criar novas leis. Uma lei que cria padrões mais rígidos para a construção de barragens está sendo desenvolvida.

O Estado de Minas Gerais entrou com ação judicial para congelar 12 bilhões de reais [dos fundos da Vale] para a despesa pública com a busca de corpos e indenização de danos.

8. Deputado Federal Rogerio Correia, Relator, CPI da Câmara Federal dos Deputados

A alegação da Vale era que eles não tinham problemas com a barragem, e ninguém sabia por que a barragem rompeu. Culparam os auditores terceirizados da empresa alemã TÜV SÜD por terem dito que a barragem era segura mesmo após a TÜV SÜD ter sido pressionada a alterar as suas conclusões.

O depoimento dos trabalhadores, por outro lado, que ao contrário dos funcionários da Vale, não tinham advogados monitorando o que diziam, contradiz isso. Os trabalhadores afirmaram que a Vale sabia que havia problemas com a barragem. O comitê tem e-mails que os condenam.

9. Deputada Estadual Beatriz Cerqueira

O problema de segurança surgiu em Minas Gerais porque a indústria de mineração tem poder de controle sobre o aparato estatal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi atrasada e limitada pelo fato da Vale e os funcionários alemães da TÜV SÜD, que estão protegidos da detenção por uma ordem de habeas corpus, não terem testemunhado.

O Estado é muito permissivo, não protege as pessoas, não inspeciona e dificilmente pode impor sanções. A Vale não sente pressão e a comunidade empresarial defende a Vale e faz propaganda em seu nome.

10. Sonia Toledo Goncalves

Falando como indivíduo enquanto procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT)

É evidente que havia ciência de que ocorreria um rompimento. Isso é baseado em evidências vindas da polícia, das CPIs e dos promotores federais e estaduais. Todas as provas também apontam para o fato de ter sido possível evitar o acidente.

Depois de tentativas fracassadas de acordos individuais, a empresa começou a oferecer mais dinheiro, por exemplo, 200.000 reais por família, depois 300.000 reais por família e 75.000 reais por irmão ou irmã. Estas propostas tiveram o efeito de dividir as famílias.

Eventualmente, as famílias de Brumadinho votaram a favor de um acordo de 700.000 reais por família. Foi aprovado em audiência, com prazo de 1 a 2 meses, para execução. Isso se aplica a todas as famílias, mesmo aquelas que aceitaram acordos individuais anteriores. As famílias também tiveram o direito de solicitar imediatamente as aposentadorias dos trabalhadores falecidos. Danos materiais adicionais podem incluir a remoção de uma limitação fixa de 25 anos no pagamento de indenizações aos trabalhadores em favor da expectativa de vida. Outro aspecto do acordo é uma garantia de emprego de três anos para os trabalhadores sobreviventes.

Embora não elogie o acordo - na sua opinião, é pequeno em relação à gravidade do caso - considera que foi o melhor que puderam fazer nas circunstâncias.

11. Procurador da República de Minas Gerais (Ministério Público - MPMG) André Sperling

Este rompimento da barragem foi um crime cometido, não um acidente. Um acidente não pode ser previsto, mas isso era previsível. A Vale sabia do risco. Eles calcularam o dano com antecedência, usando 2.600.000 reais como valor de uma vida humana.

Muitas pessoas têm medo. Há uma preocupação realista de que elas serão mortas a qualquer momento. Temos que reconhecer os direitos das pessoas que estão nessas comunidades. Os familiares das pessoas que morreram e das pessoas feridas são as vítimas visíveis. Mas há muitas vítimas menos visíveis ou invisíveis, tais como as comunidades ao longo do rio que perderam seus meios de subsistência.

O MPMG contratou assessores técnicos em Brumadinho - o juiz deixou claro que seria ordenado. A tática de Vale tem sido tentar individualizar o problema. Em vez disso, há agora uma abordagem independente, com financiamento direcionado do juiz para os assessores técnicos. A Vale vai pagar, mas através do tribunal e não por uma fundação que ela controla.



Família sobrevivente das vítimas de Brumadinho fala com a Comissão Internacional Independente.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

(favor ver o relatório completo)

(1). Justiça

A Vale tem total e exclusiva responsabilidade pelos atos de seus administradores e contratados em Córrego do Feijão e, portanto, pelas consequências dessa catástrofe. Um limite regressivo de danos morais foi contestado perante a Suprema Corte. Os princípios de direitos humanos aplicados a este caso ditam que a própria limitação é uma ameaça à dignidade humana. Além disso, justiça atrasada é justiça negada.

(2). Independência

Todas as decisões de indenização devem ser tomadas com a contribuição das comunidades afetadas e devem ser tomadas independentemente da Vale (separada da Fundação Vale, que esteve envolvida em outros acordos comunitários). Além disso, cientistas independentes da Vale devem realizar estudos para medir a extensão e o efeito da contaminação de Brumadinho no meio ambiente.



Os cartazes “Desaparecidos” destacam as vítimas do desastre.

(3). Transparência

As ações das corporações e do governo devem ser transparentes para que todos possam as ver e avaliar. Todas as ofertas financeiras e outras, cálculos, estudos, acordos e outras atividades devem ser realizadas em um processo transparente. Detalhes de todos os acordos secretos ou não transparentes assinados até o momento devem ser revelados e, se as partes quiserem renegociá-los, isso deve ser permitido. Seria apropriado se os recursos da Vale pudessem ser mantidos em uma conta fora do controle da Vale e em benefício da sociedade civil.

(4). Dissuasão

Evidentemente, os custos de um rompimento foram percebidos nos escritórios executivos e na sala de diretoria como sendo menores do que o custo de uma investigação adequada e da prevenção de um rompimento. É imperativo que a resposta contínua ao desastre de Brumadinho impeça ainda mais o mau comportamento da Vale e de outros proprietários de minas - e proteja os trabalhadores e a comunidade de suas decisões mortais. Uma maneira de mudar o comportamento é impor grandes penalidades financeiras aos proprietários de minas cujas barragens entram em rompimento. Além disso, para aplicar penalidades criminais aos conselhos, não deve ser um requisito demonstrar conhecimento real do comportamento criminoso. A autorização para uma mina operar, deve exigir um depósito em uma conta estadual de fundos suficientes para reabilitar a área afetada, mesmo que a empresa vá à falência, e esse valor deve ser revisto anualmente e aumentado se necessário.

I. Criação da Comissão de Inquérito

Em 25 de janeiro de 2019, no Estado de Minas Gerais, Brasil, a barragem de Córrego do Feijão entrou em um rompimento catastrófico e quase instantâneo conhecido como “liquefação”. Esta barragem pertence e é operada pela multinacional Vale S.A. A Vale é a maior produtora de minério de ferro do mundo e teve um lucro de mais de US\$ 6,8 bilhões em 2018. A barragem retinha milhões de toneladas de lama e rejeitos de minério de ferro³. Quando a barragem entrou em rompimento, essas toneladas de resíduos rapidamente despejaram nos edifícios da empresa abaixo da barragem e na cidade de Córrego do Feijão, até a cidade de Brumadinho, e mais além. Os resíduos espalharam morte e destruição por pelo menos cinco quilômetros e contaminaram os riachos e rios a jusante. Foi a pior catástrofe industrial da história brasileira. Mais de 240 pessoas foram mortas e mais de 20 continuam desaparecidas.

O rompimento da barragem em Brumadinho foi o segundo desastre da Vale no passado recente. Uma barragem semelhante a montante em Mariana havia desmoronado em 5 de novembro de 2015, causando imensa destruição ambiental, 19 mortes e muitas fontes de renda perdidas.

Em 17 de junho de 2019, a Comissão Internacional dos Direitos do Trabalho (ICLR) recebeu uma solicitação escrita de Eduardo Armond, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais (SITICOP-MG), e Maximiliano Nagl Garcez, advogado do SITICOP e de outros 6 sindicatos que estão em processo judicial contra a Vale, para fazer conclusões e recomendações sobre o rompimento da barragem.

A ICLR recrutou especialistas em direitos trabalhistas e saúde e segurança do mundo todo e reuniu uma Comissão de Inquérito especializada. A Comissão esteve no local nas cidades de Brumadinho e Belo Horizonte de 27 de julho de 2019 até sua coletiva de imprensa em 1º de agosto de 2019, quando uma declaração preliminar foi emitida.⁴

A Comissão é apoiada pela International Lawyers Assisting Workers – ILAW (Advogados Internacionais Auxiliando os Trabalhadores), a Association of Labour Lawyers of Latin America – ALAL (Associação de Advogados Trabalhistas da América Latina), a Canadian Association of Labour Lawyers – CALL (Associação Canadense de Advogados Trabalhistas) e a International Association of Democratic Lawyers - IADL (Associação Internacional de Advogados Democráticos).



Comissão Internacional Independente fora da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Mais de 240 pessoas foram mortas e mais de 20 continuam desaparecidas.

A. Integrantes da Delegação⁵

Oscar Alzaga: Advogado do trabalho mexicano e ex-juiz do trabalho que representa o Sindicato dos Trabalhadores Mineiros.

Frank Luce: Advogado trabalhista canadense e ex-professor.

Professor David Michaels: Professor da George Washington University e Secretário Assistente do Presidente Obama para a Segurança e Saúde Ocupacional, 2009-2017.

³ Segundo o site Engineering.com, a barragem de rejeitos consistia de “resíduos de rochas finamente moídas, água e quaisquer produtos químicos que foram usados para extrair o metal... 11,7 milhões de metros cúbicos de lama saíram da represa, descendo a encosta... e desceram em direção à área administrativa da mina e ao refeitório.” <https://www.engineering.com/BIM/ArticleID/18557/Manufactured-Disaster-How-Brazils-Dam-Collapse-Should-Have-Been-Avoided.aspx> Geólogos relatam que os rejeitos de minério de ferro geralmente contêm vestígios de níquel, cádmio, óxido de ferro, amônia, sílica, silício, argila, mercúrio e arsênico.

⁴ O Relatório Preliminar está anexado ao presente relatório.

⁵ O Curriculum Vitae de cada membro encontra-se em anexo no final do relatório.

A advogada Jeanne Mirer: Advogada trabalhista de Nova York e presidente do conselho da Comissão Internacional dos Direitos Trabalhistas.

A advogada Micòl Savia: Advogado italiano que representa a Associação Internacional de Advogados Democráticos nas Nações Unidas em Genebra.

O advogado Richard Spoor: Advogado sul-africano representando trabalhadores de minas em uma ação coletiva sobre riscos ocupacionais em minas sul-africanas.

B. Âmbito da Investigação:

Os membros da Comissão decidiram encontrar-se com uma grande parte das pessoas afetadas pelo rompimento da barragem, bem como com as pessoas envolvidas na investigação dos acontecimentos e no desenvolvimento de soluções para o impacto. A Comissão pôde, em pouco tempo, reunir-se com familiares e membros da comunidade afetados, incluindo membros da comunidade indígena Pataxó-Hã-Hã-Hã-Hãe, bem como representantes de sindicatos, funcionários do governo, membros da igreja e representantes de movimentos sociais.

A Comissão enviou uma carta por e-mail ao Sr. Marcelo Klein, diretor de resposta emergencial da Vale, solicitando uma reunião, mas não obteve resposta. Nas suas visitas às vítimas do desmoronamento da barragem, a Comissão deu especial atenção ao quadro dos direitos humanos estabelecido de forma mais completa nas nossas conclusões e recomendações. A Comissão gostaria de salientar que não tivemos a oportunidade de validar de forma independente os depoimentos que recebemos. As declarações sobre a Vale e esta tragédia não são as da Comissão, mas das testemunhas desta catástrofe. Além disso, em algumas circunstâncias, se elas não se identificaram completamente, as testemunhas são identificadas apenas por um primeiro nome ou outra designação.

II. Sumários de Testemunhos e Reuniões

Após uma reunião informal da Comissão na noite de 27 de julho de 2019, a Comissão começou na manhã de 28 de julho de 2019 em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, com uma orientação pelos líderes do sindicato que solicitou a Comissão. Essa orientação forneceu aos membros informações importantes sobre a indústria mineira no Brasil, o desastre do Brumadinho, bem como os esforços das autoridades e do sindicato para obterem uma indenização da Vale para algumas das vítimas. O apresentador principal foi Eduardo Armond, um representante do SITICOP-MG.

Na tarde de domingo, 28 de julho de 2019, a Comissão viajou para Brumadinho e reuniu-se com as famílias das vítimas na Câmara Municipal de Brumadinho. A Comissão também pôde ver a área e alguns dos danos à comunidade e à infraestrutura.

Na segunda-feira, 29 de julho, a Comissão se reuniu nos escritórios episcopais da Igreja Católica em Brumadinho com o Bispo Auxiliar Dom Vicente de Paula Ferreira e a organizadora da comunidade da Igreja, Marina Oliveira. Após esta reunião, Comissão reuniu-se com membros da associação comunitária em Córrego do Feijão. Após essa reunião, nos reunimos com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), notadamente Joceli Andrioli, Tchenna Maso e outros do MAB que estiveram envolvidos em outros rompimentos de barragens.



Membros da Comissão Internacional Independente ouvem depoimentos de famílias.

Na terça-feira, 30 de julho, a Comissão assistiu depoimentos em vídeo de trabalhadores sobreviventes envolvidos nas operações

de limpeza e busca. Em seguida, nos reunimos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para ouvir sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado. A Comissão contou com a presença de Osmar Gusmão, advogado interno do Sindicato de Construtoras - SITICOP. Eduardo Martins de Lima, assessor do relator estadual da CPI, André Quintão, fez uma declaração de abertura. À noite, os membros da Comissão se reuniram com Rogério Correia, relator da CPI dos Deputados Federais.

Na quarta-feira, 31 de julho, a Comissão ouviu a Deputada Estadual Beatriz Cerqueira. Posteriormente, a Comissão teve um briefing não oficial da promotora para o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Minas Gerais, Sônia Toledo Gonçalves. Ela faz parte da força-tarefa do MPT para o caso Vale Brumadinho. Também esteve presente Andreia Cristina Custódio, outra funcionária do MPT em Minas Gerais e assessora da força-tarefa da Vale Brumadinho. Andreia mora em um município que faz divisa com Brumadinho. Após essa reunião, a Comissão foi informada por André Sperling no Gabinete do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A noite terminou com uma reunião com representantes da comunidade Pataxó-Hã-Hã-Hã-Hã.

A. Orientação

Eduardo Armond, representante do sindicato SITICOP-MG

A catástrofe de Brumadinho ocorreu no Estado de Minas Gerais. A mineração é realizada sob licença e contribui substancialmente para a receita estadual. A história do estado deve muito às minas e à mineração. Existem 245 barragens de rejeitos. Houve seis rompimentos de barragens nos últimos 10 anos, causando mortes de trabalhadores e outros.

Muitas barragens de rejeitos, incluindo as de Brumadinho e Mariana, são construídas a partir dos próprios resíduos e lama das minas. Estas são chamadas de “barragens a montante”, operando sem outras contenções físicas, como o cimento. Essas barragens podem ter até 110 metros de altura, retendo os subprodutos de lama das operações de mineração. As minas em Minas Gerais são principalmente minas de ferro. Portanto, as barragens em Minas Gerais estão principalmente retendo rejeitos de minério de ferro. Com o aumento do preço de exportação do minério de ferro, aumentou também a ênfase na produção e a necessidade de barragens para o armazenamento dos rejeitos. Além disso, a produção recente incluiu minas com menor concentração de minério de ferro, criando uma maior proporção de rejeitos que precisavam ser armazenados. Com o aumento da produção, menos atenção foi dada à segurança das barragens. Todas as barragens estão cheias até o topo. Os rejeitos contêm água que precisa ser drenável. Os trabalhadores do SITICOP, em particular, trabalham nos drenos. A crença é que tais drenos irão manter o conteúdo da barragem seco. No entanto, deve haver uma monitorização constante da barragem e dos drenos, a fim de assegurar uma drenagem adequada para evitar a liquefação, uma condição em que os sólidos essencialmente colapsam e se liquefazem.



Catástrofe sócio-ambiental causada pela ruptura da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG) Foto: Vinícius Mendonça / Ibama

Em novembro de 2015, houve um rompimento da barragem por liquefação na mina de Mariana. A barragem de Mariana continha 80 milhões de metros quadrados de rejeitos e um metro quadrado pesava 700 quilos. Brumadinho tinha 30 milhões de metros quadrados de lama. Os registros apreendidos nos escritórios da Vale mostraram que, em 2016, a barragem de Brumadinho apresentou problemas de drenagem e risco de ruptura. O problema não foi corrigido. Trabalhadores sobreviventes contaram aos investigadores sobre as inúmeras rachaduras e vazamentos que a Vale ignorou. Em vez disso, usou uma empresa externa, a TÜV SÜD, para certificar a barragem como segura.⁶

⁶ De acordo com uma ação judicial do SITICOP, os testes de segurança do local eram defeituosos, os métodos para drenar a barragem não seguiram as melhores práticas ou práticas adequadas, e os empreiteiros na redução de risco cometeram erros grosseiros. O sindicato ressalta que a Vale e seus contratados podem discutir entre si sobre responsabilidade, mas a responsabilidade final é da Vale.

O rompimento da barragem de Brumadinho matou mais de 240 pessoas, com cerca de 23 desaparecidas e presumivelmente mortas: 20 da comunidade local (19 mortos, 1 desaparecido); 119 trabalhadores terceirizados mortos (109 mortos, 10 desaparecidos); 131 mineiros mortos (120 mortos confirmados). Dos trabalhadores administrativos que trabalhavam em edifícios abaixo da barragem, 30 eram engenheiros e 40 eram cozinheiros, faxineiros e trabalhadores de transporte. Da área da construção, 81 pessoas morreram.

No total, 12 barragens da Vale estão em seu limite máximo e não são seguras.

O Sr. Armond também forneceu uma descrição dos casos apresentados pelos sindicatos e pelo Ministério Público do Trabalho, bem como dos acordos celebrados até à data.

Até agora, os acordos abordaram as reivindicações de danos emocionais ou “morais” das famílias dos trabalhadores que perderam a vida. Os acordos não tratam das reivindicações de morte dos trabalhadores, dos ferimentos dos trabalhadores que sobreviveram ou das reivindicações dos membros da comunidade que perderam os seus meios de subsistência. As questões relativas aos danos serão descritas mais detalhadamente na seção sobre a reunião da Comissão com o procurador do trabalho.

Os sindicatos e o movimento social, especialmente o MAB, estão trabalhando juntos para exigir que os processos de acusação do rompimento da barragem sejam considerados como uma questão criminal.

III. Reunião com os Representantes dos Familiares Sobreviventes na Câmara Municipal de Brumadinho ⁷

A Comissão reuniu-se com um grupo de familiares atingidos na Câmara Municipal de Brumadinho. A maioria usava camisetas brancas com uma foto de seus entes queridos perdidos impressa nas camisetas. As fotos mostravam rostos felizes e faziam contraste com o sofrimento que os entes queridos expressaram.

Todas as pessoas que deram seus testemunhos expressaram perspectivas sobre sua fé, mas disseram que sua fé havia sido abalada pelos acontecimentos. Cada um tinha uma história diferente, mas todos eles expressaram que a dor de perder entes queridos foi agravada pela incapacidade de Vale de dizer qualquer coisa aos membros da família ou de ouvi-los, nem mesmo de expressar condolências ou pedir desculpas. Eles relataram que foram necessários protestos vergonhosos das famílias para que a Vale considerasse um pedido de desculpas, mas isso só aconteceu seis meses mais tarde.

Abaixo estão alguns trechos dos testemunhos.

1. Andresa Aparacida Rocha Rodrigues, é a mãe de Bruno, que tinha apenas 26 anos quando foi assassinado, disse à comissão.

“O Bruno foi assassinado por uma caneta.” Alguém na Vale sabia que a barragem estava instável e poderia entrar em rompimento a qualquer momento e não disse nada. Hoje sabe-se que a barragem estava vazando no fundo, e a empresa sabia e não disse nada.

As famílias estão morrendo todos os dias. Elas revivem o dia 25 de janeiro. Pensam, quem serão as próximas vítimas? Andresa disse à Comissão que o seu filho fez 105 dias de horas extras para a empresa nos meses que antecederam o rompimento. Passaram-se 185 dias, disse ela, e a empresa nunca a contactou.

Ela ainda revive o dia 25 de janeiro e o pânico inicial de não saber se ele sobreviveu às ondas de lama. Seu marido foi até o local e disse que não havia nenhuma chance de que ele fosse encontrado vivo. Todas as unidades administrativas foram construídas logo abaixo da barragem.

“Por causa da Vale, a minha felicidade foi roubada.”

⁷ A Comissão trouxe para cada reunião quatro intérpretes profissionais que realizaram a interpretação simultânea. O presente relatório é elaborado a partir de notas tomadas principalmente por traduções ao inglês dos intérpretes. As citações diretas são assinaladas a negrito e entre aspas. As declarações que não se encontram entre aspas representam a essência do que a testemunha declarou, tal como relatado pelos intérpretes qualificados.

2. Nayara Cristina Dias Porto disse que nunca perdoará o Vale por ter roubado o seu marido. Ele era um motorista de empilhadeira perto do refeitório que ficava abaixo da represa, junto das unidades administrativas. Ela era a segunda esposa do marido. Apesar da Vale ter recebido informações sobre o seu casamento, eles ainda assim deram os seus pagamentos de indenização à sua ex-mulher e filha. A Vale alegou não ter nenhum registro dela. Ela também descreveu reviver o horror do dia 25 de janeiro e seus esforços para encontrá-lo. Ela disse: **“Por causa da Vale, a minha felicidade foi roubada.”**

3. Jacinta Francisca Mateus Costa era mãe de Thiago, um mecânico de 32 anos. Thiago tinha anemia falciforme. Foi contratado pela Vale após seis anos de estudos para ser uma das 26 pessoas com deficiência no trabalho. Ele trabalhou para eles por 13 anos e, mesmo tendo que fazer transfusões a cada três semanas, nunca perdeu um dia de trabalho. Ela contou como foi informada sobre o rompimento e seus esforços desesperados para encontrar Thiago. Ela disse à comissão: **“O Vale nos deve um pedido de desculpas. Mas ninguém da Vale sequer falou conosco.”**

4. Josiane Melo só sobreviveu porque ela estava de férias no dia 25 de janeiro. Ela perdeu a cunhada que estava grávida de cinco meses e 135 colegas de trabalho. Ela fazia parte de um grupo de manifestantes que conseguiu reunir-se com um representante da Vale. Quando eles pediram um pedido de desculpas, o representante perguntou que tipo de desculpas eles queriam. Eles não deveriam ter tido que pedir um pedido de desculpas para começar, disse ela. O fato de ter sido perguntada isso pela Vale mostrou que qualquer pedido de desculpas seria falso.

Por causa do seu trauma, ela tem de tomar remédios para conseguir dormir. Ela está desempregada por causa do TEPT. Ela disse à Comissão que acreditava **“Foi criminoso para a Vale colocar o refeitório, os escritórios e o alojamento aos pés da barragem.”** Quando a barragem desmoronou, “era como se todos tivessem passado por uma máquina trituradora.”

5. A irmã de **Natalia Oliveira**, Lecilda, não foi encontrada. Vale chama esse grupo de pessoas “desaparecidas”, **“mas elas não desapareceram, estão enterradas e despedaçadas.”** Ela disse à comissão que o sofrimento das pessoas cujos familiares não foram encontrados é muito grave. **“Não podem reclamar quaisquer indenizações por não terem certidões de óbito.”**

6. Kenya, viúva de Adriano Aguiar Lamounier, disse à Comissão que a Vale precisa reconhecer que o que fez foi cometer um crime. A comunidade ainda acredita na justiça, mas é difícil vê-la. A Vale não ouve. Eles tentaram forçar um acordo com as pessoas. Nunca se encontraram com sobreviventes ou famílias. **“O crime da Vale foi sem malícia, era um cálculo, é mais barato deixar isso acontecer do que impedi-lo.”** A Vale está agindo como se estivesse fazendo uma doação de caridade, não fazendo justiça.



Família sobrevivente das vítimas de Brumadinho fala com a Comissão Internacional Independente.

7. Geraldo Resende perdeu sua filha Juliana, que trabalhou para a Vale por onze anos e não foi encontrada. O marido de Juliana, Dennis, que trabalhava para a Vale, também morreu. Ela estava terminando um trabalho de engenharia. Eles deixaram duas crianças que agora estão sob seus cuidados. Ele está tentando criar seus netos, mas sem os pais trabalhando para a Vale, eles não têm mais a cobertura do seu plano de saúde. Não têm dinheiro para pagar os custos com saúde. O trauma é interminável. Todos eles precisam de medicação para dormir. **“Estamos em um buraco, estamos em uma vala.”**

8. O filho de Anastacia do Carmo Silva, Cleiton, morreu aos 29 anos. Estava frequentando um curso para ser técnico mecânico. Ele era o suporte da família. Como resultado da sua perda, a família perdeu o plano de saúde e está sofrendo tanto o trauma como a perda de recursos.

9. Sergio Caldeira do Amaral perdeu o irmão que trabalhou para a Vale durante 12 anos. Ele foi encontrado em seu caminhão. O irmão tinha mulher e 2 filhos, de 6 e 9 anos de idade. Apesar do corpo do irmão ter sido encontrado inteiro, muitos corpos não foram encontrados intactos. Ele disse à Comissão que a família foi totalmente devastada. **“A criança de seis anos não foi informada durante vários meses que o seu pai não ia voltar para casa.”**

As pessoas que trabalhavam na Vale e suas famílias são pessoas humildes, mas a Vale nunca lhes deu informações quando a barragem entrou em rompimento, disse ele. A Vale deveria ter montado uma equipe especial para tratar das famílias, mas não o fez. Só quando as famílias se organizaram e protestaram é que a Vale se reuniu com os familiares afetados pelo desmoronamento. Os responsáveis devem ser presos. As pessoas precisam saber o que a Vale está fazendo para impedir o rompimento de outras barragens, disse ele.

10. Edi Tavares disse à Comissão que o seu marido tinha 58 anos e trabalhava para a Vale há 38 anos. O seu corpo não foi encontrado durante 122 dias. **“Ele saiu de casa vivo e voltou em pedaços. Morremos um pouco todos os dias. Ele literalmente deu sua vida à Vale.”** Ele recém tinha treinado alguém para tomar o seu lugar. Trabalhava sempre aos sábados, domingos e feriados, se necessário. Deixa três filhos de 21, 25 e 28 anos.

“Não há mais risos em casa.”

“A lama destruiu as vidas destas famílias. Tudo o que fizemos pela Vale foi em vão.”

“Todas as vítimas foram assassinadas. Não importava se alguém trabalhava a 1 ou 38 anos, todas as vítimas pagaram com as suas vidas. O sofrimento está lentamente nos matando. Já ocorreram tentativas de suicídio.”

“Não sei o que fazer. Eu vivo a minha vida um dia de cada vez. Queremos justiça e que os culpados sejam punidos.”

11. Maria Regina da Silva perdeu a filha Priscila que tinha apenas 29 anos. **“Priscila estava feliz e saudável no dia 25 de janeiro, quando foi trabalhar. Ela ficou enterrada durante 72 dias.”** Maria perdeu não só a sua filha, mas muitos outros amigos **“Priscila tinha a Vale no coração, mas eles não mostraram o mesmo sentimento. Ninguém da Vale se desculpou. “Priscila foi trabalhar inteira e voltou em pedaços.”**

Como Priscila foi encontrada desmembrada, não podiam deixar ninguém a ver em seu caixão para se despedir. Eles não puderam ter um velório, ou colocar uma lembrança em sua mão antes de seu enterro.

“Priscila disse que nunca queria ser enterrada quando morresse, mas morreu sendo enterrada viva.” Maria disse que tem pesadelos sobre o que aconteceu e sonha com lama saindo de sua boca. Ela se pergunta o que os trabalhadores sentiram quando viram a lama chegando até eles. Ela se pergunta por que a Vale colocou o refeitório e os escritórios no pé da barragem. As pessoas com necessidades especiais também estavam trabalhando nos pés da barragem.

A Vale deve pagar pelo que a comunidade perdeu, disse ela. Maria tem pressão alta por causa do desespero. Os sobreviventes não têm direito a assistência médica baseada no plano de saúde dos funcionários. **“Nossos entes queridos que trabalhavam lá não sabiam dos riscos, mas a empresa sabia.”**

“Os trabalhadores que sobreviveram estão desesperados.” Maria disse que também há uma falta de respeito pelos trabalhadores que ajudaram a resgatar as pessoas.

“Ele saiu de casa vivo e voltou em pedaços...Ele literalmente deu sua vida à Vale.”

IV. Reunião com o Bispo Auxiliar Dom Vicente de Paula Ferreira e a Articuladora Social das Comunidades Atingidas Marina Oliveira

1. Bispo Dom Vicente

A população se sente abandonada pela Vale e pelas autoridades estaduais e federais. Ele descreveu todo o trabalho que a igreja fez para ajudar a comunidade e o apoio que ela tentou dar à comunidade. Ele disse que todos estão cansados, mas os cansados precisam continuar. Não houve capacidade de medir completamente os danos.

“O rompimento era previsível. Não era um ato de Deus ou da Natureza. Que isso era previsível aumenta nossa dor. O evento não está no passado, está no presente, [enquanto também] vive nas memórias das pessoas e na sua dor. Vivemos com essa barragem desmoronada no coração das pessoas.”

A comunidade católica de Brumadinho tem sido profundamente afetada, mas a igreja está trabalhando com todos, desde evangélicos até outros. O trabalho de socorro da igreja inclui pessoas na cidade, bem como grupos que vivem na beira do rio e aqueles que perderam terras e lavouras. Membros de comunidades indígenas (Pataxós), quilombolas e do Movimento dos Sem Terra (MST) são afetados.



A Comissão Internacional Independente reúne-se com o Bispo Auxiliar Dom Vicente de Paula Ferreira.

Todos os líderes da igreja se uniram para apoiar as vítimas, mas há momentos dolorosos. A Vale quer agir como se tudo estivesse no passado, e as pessoas devem seguir em frente, e esquecer o que aconteceu. O município está trabalhando com a empresa. Ainda há muita dor e desespero nas pessoas que ainda não encontraram seus entes queridos. As pessoas estão sofrendo tanto que tomam remédios para conseguir dormir.

Independentemente do fracasso em encontrar pessoas e do rompimento, as operações na mina não pararam, disse ele. É uma situação delicada agora. Justamente quando os trabalhadores estão morrendo no rompimento da barragem, membros da comunidade indígena estão sendo assassinados na Amazônia. Um cacique foi morto para destruir a resistência indígena ao desenvolvimento.

Algumas pessoas dizem que a mineração deve ser interrompida. Outras dizem que se a mineração for interrompida, muitas pessoas perderão um modo de vida. Mas, eles [as empresas de mineração] estão arruinando a água e a agricultura, eles estão matando o rio. E quando o minério desaparece, eles simplesmente abandonam a área. O bispo não recebeu nenhuma informação da empresa sobre o que está sendo fazendo para inspecionar outras barragens.

É como uma situação de guerra, disse ele. Há muito preconceito contra a comunidade de descendentes de escravos e as comuni-

dades indígenas. As pessoas vêm a Brumadinho para investir sem consultar a comunidade.

No lado espiritual, desde o dia 25 de janeiro, a igreja foi a todos os enterros. A maioria das pessoas é católica e a igreja oferece serviços de sepultamento. A igreja tem visitado todas as famílias, incluindo as famílias que não são cristãs, e recebe doações de

alimentos, roupas e dinheiro para dar aos moradores, incluindo as comunidades indígenas. A igreja também trabalhou com o Ministério Público para garantir que os recursos dos acordos legais fossem para onde eles deveriam ir. Antes do rompimento, a igreja era capaz de trabalhar em pequenos projetos para ajudar a comunidade, mas agora a igreja só está respondendo a crises, apagando incêndios.

Existem cinco regiões nesta arquidiocese, tendo Brumadinho como o centro desta região.

A Igreja tentou impedir a destruição provocada pela exploração mineira, que está destruindo o patrimônio natural do país. Essa iniciativa faz parte de uma comissão criada pelo bispo Sebastião para tratar de questões de ecologia e mineração. Há muitos conflitos devido à mineração em todo o Brasil.

O Papa Francisco diz que o capitalismo não pode continuar assim. Quais são as alternativas? Os indígenas resistem há 500 anos. Outros precisam aprender sobre como eles resistiram. Assim como a comunidade quilombola. A Igreja está estudando isso.

Os humanos estão em processo de dizimar a sua própria espécie. Tudo está sendo poluído. Existem 500 milhões de refugiados de guerra por todo o mundo. Agora há refugiados da mineração.

A igreja tem um papel a desempenhar sem especificamente nomear pessoas. A igreja está fazendo um trabalho silencioso, para a comunidade. A companhia está enviando dinheiro, mas o lado espiritual permanece uma preocupação.

As pessoas estão sofrendo terríveis dores psicológicas. Um exército de psicólogos que oferecem medicamentos chegou à comunidade. As pessoas estão se dopando. Onde está o apoio para o lado espiritual? As pessoas em Brumadinho são muito espirituais. Uma geração inteira viverá sob este trauma. Como é que se calcula esse custo?

“Há dignidade na própria vida. Como você pode calcular o dano espiritual a uma vida de uma ferida que nunca cicatrizará?”

“Para concluir, se continuarmos assim, o planeta vai acabar. Temos a responsabilidade de salvá-lo.”

A igreja construiu um grupo de liderança para dialogar com a comunidade e participar de reuniões de todos os tipos, disse ele. O sistema de saúde parece estar em ruínas, as estradas são um problema, ninguém na comunidade está ganhando dinheiro, apenas a empresa.

Dom Vicente apresentou a Articuladora Social das Comunidades Atingidas católica Marina Oliveira que vem realizando a coordenação comunitária e conversando com as diferentes comunidades.

2. Articuladora Social das Comunidades Atingidas Marina Oliveira

Marina cresceu em uma cidade mineira. Quando criança, ela desenhava imagens de trens que chegavam vazios e iam embora cheios. Naquela época ela não achava errado que eles não trouxessem nada para a comunidade. Mas ela agora sente que o sistema de mineração que testemunhou resultou na destruição da terra, dos animais aquáticos e das pessoas.

Ela agora percebeu o que significava este crime. O rompimento da barragem teve consequências complexas. A comunidade de Córrego do Feijão era rica em flora e fauna. Tudo no caminho da lama foi morto. As pessoas não podem consumir o leite das vacas, que estão bebendo água poluída. As crianças estão traumatizadas, não podem jogar futebol nas ruas. As pessoas perderam seus jardins e suas casas. As heranças familiares foram perdidas junto com as histórias familiares.

Ela vê que as crianças não podem mais nadar no rio. As pessoas estão tão nervosas que um senhor idoso lhe disse que estava traumatizado com o barulho que sua geladeira faz, que ele achava que era uma sirene. **“As pessoas que perderam os seus**

“Para concluir, se continuarmos assim, o planeta vai acabar. Temos a responsabilidade de salvá-lo.”



A sinalização aponta para duas comunidades fortemente impactadas: a comunidade indígena Pataxó e o MST Patria Livre, estabelecida por trabalhadores agrícolas sem terra.

meios de sustento têm vergonha de pedir ajuda para suprir as suas necessidades básicas. Mas é seu direito ter um meio de sustento.” A comunidade quilombola ficou isolada por dois meses até que a estrada foi desobstruída com explosivos. Na comunidade Pataxó todos os peixes morreram. Por tradição, enterraram cada peixe separadamente. Crianças não podem mais nadar no rio.

O rio é um meio de transporte de colheitas e agora as colheitas estão perdidas. As crianças usam o rio para ir à escola comunitária. Os membros da comunidade Pataxó perderam o acesso às terras ancestrais e a capacidade de realizarem seus rituais. Não há hospitais ou ambulâncias que possam chegar a essas comunidades. As estradas estão bloqueadas e nas torneiras a água chega marrom como lama.

A perda de vidas afetou a todos. Não importa onde ela for, encontrará pessoas que perderam seus entes queridos. Elas foram arrancadas de suas vidas. **“O impacto estará aqui para sempre, as pessoas estão sofrendo depressão, e outros danos à sua saúde assim como a preocupação com o que vai acontecer com as gerações futuras.”**

“A Vale está usando todas as suas estratégias contra nós. Queremos que essas mortes sejam excepcionais para mudar a vida do país. Isso seria um conforto. Se a mineração não mudar, morremos. As 270 vozes silenciadas na lama precisam ser ouvidas.”

Ela disse que os gerentes e diretores da Vale precisam se desculpar, na TV, no noticiário, no WhatsApp.

“As pessoas se orgulhavam de usar a Camisa Vale, mas a empresa não teve o respeito de reconhecer as mortes ou informar as famílias.”

Dinheiro é tudo o que a Vale tem oferecido. Ela disse que as pessoas não querem rejeitar o direito e deixar de receber uma indenização, mas ainda querem que os responsáveis sejam punidos. O processo de indenização não deveria ser difícil, mas a Vale tem causado divisões. Isso porque alguns receberam pagamentos e outros não. **“A Vale contratou pessoas para dizer à empresa a quem pagar e as informações não eram precisas e isso causou muito sofrimento.”** A Vale deve ser responsabilizada, disse ela.

Entidades governamentais estaduais e locais estão envolvidas, procuradores públicos e mediadores para as famílias. **“Não sabemos em quem confiar. Os juízes não são justos. Eles dizem que se a mineração for embora, Brumadinho vai deixar de existir.”**

“Mas as soluções completas devem vir de baixo para cima.” O modelo de negócios da Vale é ter um processo legal de rompimento de barragens. Houve cinco rompimentos de barragens nesse estado. Uma característica da mineração predatória é que a empresa só pensa em indenização e não em prevenção. **A Vale precisa parar de dividir a comunidade.**

V. Reunião com a Comunidade de Córrego do Feijão no Centro Comunitário de Córrego do Feijão

Presentes:

Fabiano De Oliveira

Sara de Souza

Jefferson Vieira, Presidente

Juliana Cardoso, Vice-presidente

Sara de Souza

A maioria das pessoas que vivem nesta comunidade nasceu aqui, disse Sara. Assim, a maioria das pessoas [de Córrego do Feijão] que morreram no desastre nasceu aqui. Os membros da comunidade não estavam preparados para isso. A destruição é como à de uma guerra. Os moradores foram completamente isolados.

Córrego do Feijão perdeu 27 moradores. Sara citou um amigo que trabalhava para uma empresa terceirizada. A comunidade agora é formada por crianças e adultos doentes e frágeis. Os moradores ficaram traumatizados ao ver os helicópteros entrando e saindo. Os corpos estavam pendurados nos helicópteros quando chegaram ao pátio da igreja. **“As crianças estão desenhando imagens de cadáveres pendurados de helicópteros.”**

Tem faltado justiça. O presidente brasileiro disse que a Vale é uma joia preciosa, mas não disse nada sobre a população. A comunidade precisa de justiça. Isso tem sido horrível, muito triste para todos, com total falta de humanidade. Embora não tenha perdido ninguém da família, ela sente que perdeu sua história e sua juventude.

Em 2018, Sara disse que a comunidade tinha recebido garantias de que a barragem era segura.

Ela chamou o rompimento da barragem um crime e um assassinato. Abaixo da barragem, no alojamento, 5 membros da comunidade foram encontrados mortos debaixo de uma ponte. **“A Vale não nos respeitou nem nos permitiu nossa dignidade. É triste para nós continuarmos a viver assim.”**

Desde o rompimento, a Vale construiu uma estrada ao redor da trilha de lama **“Nós temos que usá-la todos os dias e fazendo esse percurso nos lembramos do alojamento onde 5 dos nossos residentes morreram. Cada vez que passamos na estrada sabemos que nossos amigos estão enterrados sob a lama.”**

“Tenho uma loja, mas perdi o meu negócio. Fiquei presa durante um mês, sem direito a qualquer indenização. O meu negócio vendia artigos de papelaria. Ninguém pode comprar nada agora. Outros lojistas e agricultores ficaram arruinados. A Vale não reconheceu nossos danos. Não posso trabalhar agora por me sentir psicologicamente instável. Eu não tenho mais vida.”

“Quero a minha vida, a minha dignidade. Não vejo futuro. Não vemos nenhuma solução.”

Jefferson Vieira

A avó de Jefferson, que cuidava dele e de seu irmão, saiu para trabalhar como cozinheira no alojamento em 25 de janeiro de 2019 e nunca mais voltou. Sua tia grávida de 35 anos nunca mais voltou. Sua avó tinha 57 anos. Seu corpo voltou mutilado. Ele nunca o esquecerá. Sua avó de 57 anos parecia muito jovem e era muito vaidosa com sua aparência. A Vale não nos deu nenhuma notícia sobre os nossos familiares, ele disse. **“Eu soube que a minha avó havia morrido depois de 14 dias, e que o corpo dela tinha ido diretamente para o enterro. A minha família ficou arrasada.”**

A área, disse ele, é uma comunidade rural com minas à sua volta. Todos os moradores se conhecem. Ninguém é um desconhecido. **“O rompimento foi um apocalipse. Não tínhamos energia, nem água, nem notícias, nem estradas, tudo o que podíamos ver era um mar de lama que engolia casas e estruturas. Não tínhamos notícias de nossos parentes. Nenhum acesso por estrada. Apenas lama.”**

Depois de 25 de janeiro, a região foi bombardeada pela imprensa, mas apenas externamente. As pessoas do lado de fora tinham mais informações sobre a situação.

O Jefferson viu helicópteros sobrevoarem com cadáveres. Cabeças, braços e pernas mutilados. Os helicópteros os levaram para o pátio da igreja para descarregar. As crianças viram todos esses corpos. Os bombeiros deixaram os corpos no pátio da igreja.

“As pessoas morreram aterrorizadas. Estas pessoas foram mutiladas pela ganância. As barragens são não são seguras.”

Nenhum alarme tocou, disse ele. Todos estavam desligados. Nenhuma informação veio dos responsáveis.

“Se a Vale tivesse sido punida por Mariana, Brumadinho nunca teria acontecido.”

Muitas pessoas dependem do rio. A Vale disse que limparia dois quilômetros da extensão do rio, mas a contaminação se estende por muitos quilômetros. A água está contaminada e vai para Belo Horizonte.

Juliana Cardoso

Apesar de ter nascido em Belo Horizonte, Juliana mudou-se para Córrego do Feijão há 8 anos pela qualidade de vida, o que foi bom. Perdeu o sogro, Levi Gonçalves. Desde o rompimento da barragem, ela sofreu um ataque contínuo a seu estado emocional enquanto encontravam algumas partes do corpo de seu sogro em fevereiro e outras em abril.

A minha qualidade de vida agora está destruída. **“Eu comia os feijões que o meu sogro plantava. Meus filhos só comiam o feijão que ele plantava. Agora eles não podem... Quem vai restaurar tudo o que foi perdido? A luta nunca vai acabar. Essa luta continua comigo. Está comigo todos os dias. O assassinato não foi só no dia 25 de janeiro, mesmo depois de 6 meses a dor continua.”**

A empresa está agindo maliciosamente, disse ela. As crianças precisam de tratamento psicológico. As crianças não querem passar pela estrada.

“Recebo ligações de pessoas me perguntando como cometer suicídio. Nunca tomei medicação antes, mas agora não consigo dormir sem ela.”

Uma criança disse a ela enquanto olhava para um helicóptero carregando uma parte de um corpo: **“Aquilo é uma cabeça ou um bebê?”**

A comunidade está chorando, há crianças que vivem do que encontram na floresta. A nova estrada é um ponto de referência, construída em cima de lugares onde foram encontradas partes de corpos. Seu filho não quer usá-la.

“Os bombeiros puseram os corpos no campo em frente à igreja. De lá eles foram para o necrotério, mas como a comunidade ficou isolada, isso não aconteceu imediatamente. Os corpos nem sequer foram cobertos ou colocados em sacos até dias depois.”

“Toda estão sofrendo. Meu marido está sofrendo, e a comunidade está sofrendo.”

Ela disse que podiam ver a barragem desmoronando na casa deles. Os moradores correram para seus carros, agarrando crianças para salvá-las. Ela disse que essa cena deixou uma impressão profunda em sua mente. **“Revivo essas cenas e ouço os gritos das pessoas na minha mente todos os dias. Nenhuma justiça foi feita.”**

“O Presidente diz coisas como “devemos seguir em frente”, mas estamos num luto interminável. Ele nos consome.”



Ponte ferroviária quebrada ilustra os danos causados pelo colapso da barragem.

“Seis meses depois e ainda estão nos matando. Por mais quanto tempo isso vai continuar?”

Um acordo foi feito pelo Ministério do Trabalho para as pessoas que trabalhavam para a Vale naquele momento como trabalhadores diretos ou terceirizados. Ela disse que o rompimento matou trabalhadores, mas também famílias. Pais, mães, irmãs, irmãos. Empresários e empregados. Eles mataram pessoas comuns. **“Ninguém deu qualquer apoio à comunidade.”**

Ela disse que algumas pessoas que trabalhavam para a Vale vinham disfarçadas de voluntárias e controlavam as doações. Eles usavam camisas que diziam voluntárias, mas ficou claro depois de conhecê-los que estavam trabalhando para a Vale. Os moradores sabiam que eram empregados da Vale.

A comunidade recebeu treinamento para rotas de fuga. Foi-lhes dito para colocarem os seus documentos num saco de plástico e irem para um local seguro designado. No entanto, um dos locais de encontro era debaixo de uma ponte. Os residentes não puderam usar o treinamento porque quando a barragem rompeu, todos tiveram que ir para o lugar mais alto possível, que se tornou o quartel general dos bombeiros. As pessoas deste bairro fizeram os primeiros resgates. Pessoas mergulharam na lama para tentar salvar outras pessoas.

“O treinamento foi uma piada. Meu sogro morava a 50 metros da barragem. Quando a barragem rompeu, a lama veio a 80 km por hora. Foram 400 metros em segundos para tentar salvar outras pessoas.”

“A lama cobriu a estrada, a encosta e outra casa perto de mim. Veio a poucos metros da minha casa.”

A comunidade precisa saber o que são os contaminantes na lama, disse ela. Os peixes morreram. Não há peixes a jusante. A Vale diz que a lama é segura. Uma universidade deveria testá-la para verificar isso.

Ela disse que há questões sobre quem trabalhou ou não para a Vale e que os advogados estão tentando coagir as pessoas. Pessoas menos instruídas têm concedido à Vale, como por exemplo, vendendo suas fazendas.

A comunidade quer saber se pode processar os avaliadores de risco de rompimento de barragens contratados da TÜV SÜD. Metade da comunidade tem medo de viver perto da mina.

Muitas pessoas sofreram exposições graves a metais pesados e temem desenvolver um câncer ou outras doenças devido à contaminação.

Ela disse que agora as casas estão totalmente desvalorizadas. A TÜV SÜD deveria ajudar a comprar as casas. A Vale tem que cobrir os custos dos exames médicos para os moradores e ajudar as pessoas com perdas diretas e indiretas.

“A Vale não foi punida por [o rompimento da barragem em] Mariana. Se a Vale tivesse sido punida por Mariana, Brumadinho nunca teria acontecido.”

VI. Reunião com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Joceli Andrioli

Joceli afirmou que o Movimento MAB começou há 40 anos. O MAB está nesta região desde 1991. Ele se espalhou para 12 países latino-americanos onde é chamado MAP (P de “Presas”, que é “Barragens” em espanhol).

O MAB está lidando com um crime que afeta toda a humanidade. É um crime ambiental que agora é mais comum em um sistema que favorece o lucro acima de tudo. E no Brasil todos estão lidando com privatizações. A Vale foi uma empresa pública até 20 anos atrás, quando foi privatizada.

“As pessoas têm medo em Minas Gerais porque tantas pessoas estão nos caminhos das barragens.”

Agora os moradores temem outros acidentes industriais, especialmente em Minas Gerais, na cidade de Congonhas, por exemplo. Há também risco em Barão de Cocais e Nova Lima. No norte de Minas Gerais, há um problema químico em Paracatut that que põe em risco o Rio São Francisco.

O rompimento da barragem de Mariana em 2015 ensinou muito aos movimentos sociais. O rompimento de Mariana causou contaminação em grande escala, não apenas ao longo do Rio Doce, mas, depois que o lama chegou ao oceano, 400 quilômetros da área costeira foram contaminados.

Cerca de 300 bilhões de reais brasileiros são devidos pelos danos ao Rio Doce e ao litoral. Em contraste, a limpeza de partes do Rio Reno após o derramamento químico de 1986 custou 100 bilhões de euros. A Vale não quer pagar esse montante e vai se esforçar para não fazer isso.

A Vale tem influência política. Eles têm fortes laços com os governos federal e estadual e apoiam as campanhas de muitos políticos. Seu poder político inibe o ativismo. Eles tentam criminalizar os movimentos sociais usando várias táticas. Por exemplo, a Vale tentou processar os líderes para impedir os protestos do MAB; eles usaram a polícia “comprada” pela Vale para se infiltrar em seus grupos; até mesmo empresas de ônibus são questionadas sobre quem os contratou para levar pessoas aos protestos como uma forma de intimidá-las a deixarem de apoiar os movimentos sociais.

Eles não querem que Mariana e Brumadinho sirvam como precedentes de indenização para quaisquer desastres futuros.

O 4º aniversário do rompimento da barragem de Mariana será em 5 de novembro de 2019. Embora Mariana tenha sido uma vergonha pública para a Vale, ela conseguiu subverter o processo de indenização. Em Mariana, o sistema jurídico falhou com o povo. Muitas pessoas não estão sendo indenizadas. O governo disse que a Vale poderia decidir a quem indenizar. A Vale também está em conflito com a população das margens do Rio Doce. Eles estão tentando controlar o território. A Vale fez um acordo secreto com o governo estadual para acelerar os pagamentos e obteve liberações que exigiram a transferência da propriedade da terra para a Vale. Felizmente, e como resultado de pressões, o juiz anulou essas liberações, então mesmo na comunidade de Bento Rodrigues (Mariana) o povo ainda possui a terra.

O rompimento de Brumadinho foi marcado pelo grande número de mortes e destruição. O sistema hídrico está contaminado. Quando a barragem rompeu foi uma tragédia traumática, e os primeiros dias foram decisivos.

Ao contrário de Mariana, o MAB decidiu desde o início combater a Vale em diversas frentes, incluindo controle territorial, apoio técnico e consultoria legislativa, com a convocação de investigações oficiais.

Quanto ao controle territorial, os trabalhadores do MAB chegaram às vítimas presas em Córrego do Feijão antes dos representantes da Vale. O MAB organizou a distribuição de alimentos às famílias e a ajuda às crianças. O MAB fez as listagens de atingidos. Eles impediram a Vale de fazer listas que no passado foram usadas contra pessoas. O MAB convenceu as pessoas a não vender suas terras para a empresa. Em ações judiciais, os recursos da Vale foram bloqueados. Eles trabalharam com a comunidade para encontrar os corpos, sendo que 24 ainda não foram encontrados, e 2 dos quais apenas uma perna foi encontrada. Em Brumadinho, as pessoas dependem de poços para obter água. Muitas famílias usavam água contaminada. O MAB

conseguiu alcançar as famílias e tentar fornecer-lhes água e ajuda de emergência. Seis mil pessoas foram auxiliadas com esta ajuda de emergência. O MAB exigiu pagamentos de emergência para 100.000 pessoas durante um ano, incluindo todos os moradores de Brumadinho e pessoas a um quilômetro de cada lado do Rio Paraopeba, conforme ordenado pela Corte.

Quanto ao apoio técnico, o MAB tem argumentado que, para ser confiável, é preciso que haja equipes de assessoria técnica independentes para avaliar os danos psicológicos, a contaminação da água e de outros recursos ambientais e danos econômicos das pessoas afetadas. Os juízes precisam de assistência técnica independente para fazer essas avaliações e determinar as indenizações cabíveis.



Membros da Comissão ouvem o MAB falar sobre o impacto das barragens nas comunidades.

O discurso do governo mudou em favor da assistência técnica independente. Isto é diferente de Mariana, onde o tribunal permitiu que a Vale controlasse todos os aspectos do estudo do Rio Doce, permitindo que as vozes das vítimas fossem silenciadas.

Para um estudo socioeconômico, o juiz designou a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para assessorar. A contaminação do rio será medida até a barragem de Três Marias.

Há também o problema dos metais pesados que aparecem no sangue das pessoas que vivem na região. Existem doenças de estômago e de pele relacionadas com estas exposições e existem preocupações quanto a graves consequências para a saúde e que muitos irão morrer como resultado da exposição a lamas fortemente contaminadas com minério de ferro.

Houve um estudo feito pela Vale sobre essa exposição de metais pesados, mas ele não foi honesto. Além disso, como o rompimento da barragem aconteceu no final da estação chuvosa, há um receio de que seus efeitos apareçam durante a próxima estação chuvosa, com sérios problemas de saúde. A Vale tem vários laboratórios analisando os efeitos à saúde, mas a falta de informações confiáveis é um problema.

Quanto às investigações e outras iniciativas legislativas, o MAB conseguiu introduzir uma lei federal de segurança de barragens. Eles estão buscando uma lei que estabeleça padrões legais para a segurança de barragens e licenciamento de barragens e como desativar as barragens com segurança. É preciso que haja uma agência de observação de barragens e um mecanismo para desenvolver diretrizes para que o sistema legal as implemente. Outra lei foi aprovada pelos deputados federais e está no Senado para defender os direitos dos afetados. Iniciativas em nível estadual foram bloqueadas.

O poder judicial não está preparado para lidar com este tipo de problema. Mas estão criando comissões para estudar tais situações. Várias comissões parlamentares (CPIs) estão ocorrendo. O MAB está auxiliando estas CPIs e acompanhando seu progresso.

Em Mariana, as ações do MAB foram fragmentadas, mas o MAB aprendeu com seus erros e está agora mais coeso e lutando em várias frentes. O MAB vê como sua tarefa imediata conseguir que as outras barragens sejam monitoradas de forma independente para detectar problemas e corrigi-los antes que outro desastre ocorra.

Após a apresentação por Joceli, vários outros ativistas do MAB que estavam presentes apresentaram vários outros pontos. José Geraldo de Mariana enfatizou que abordar o sofrimento mental das vítimas é muito importante. As pessoas viviam onde estavam por causa do rio. Houve um aumento de 60% no uso de remédios antidepressivos, assim como alcoolismo e abuso de drogas. É um crime que não tem desfecho.

Não importa o quanto eles se organizem com a comunidade, a Vale está ocupada desorganizando e dividindo a comunidade. Após o rompimento, a empresa só trouxe trabalhadores terceirizados para dividi-los dos empregados da Vale. A Vale também espalha desinformação. Quanto mais você vai rio abaixo, a Vale contrata pessoas para afirmar que a água é potável quando ela claramente não é.

VII. Testemunhos em vídeo

O sindicato forneceu à Comissão uma série de vídeos feitos com os trabalhadores sobreviventes.

Carlos Diniz

“Em 25 de Janeiro de 2019, a minha vida acabou. Minha esposa morreu. Temos duas filhas, de 4 e 15 anos. Elas pedem pela mãe todos os dias. Eu lhes digo que sua mãe está no céu. No dia das mães, uma das minhas filhas me

“Temos duas filhas...Elas pedem pela mãe todos os dias. Eu lhes digo que sua mãe está no céu.”

perguntou ‘Como é que eu vou para o céu? Eu quero ver a minha mãe.’”

No dia do rompimento, ele estava almoçando com sua mãe quando soube do rompimento. Ele correu para o local, mas não havia nada que ele pudesse fazer. Sua filha perguntou se a sua mãe tinha morrido.

Ele trabalhou para a Vale por 27 anos. Ele disse que, enquanto continuavam trabalhando, encontraram pedaços de pessoas.

Disseram-lhes que a barragem era segura. Ele se perguntava como foram seus últimos momentos.

Ele tinha orgulho de trabalhar para a Vale. Agora, ele disse que vai lá porque tem que trabalhar. Ele aprecia a ajuda dos bombeiros, mas sente que a Vale está dando churrascos, mas nada de concreto para os trabalhadores.

O Vale matou a mãe dos meus filhos, disse ele, mas não houve justiça. **“Nós realmente exigimos justiça.”**

Jardel Dutra

Jardel disse que trabalhou na Vale por 9 anos. Ele trabalhou lá na manhã do rompimento da barragem, mas depois foi enviado para outra mina. Todos os seus amigos morreram. Ele tem 35 anos e voltou ao trabalho no dia 19 de fevereiro. Mas ele vive com a dor.

Ele disse que viu partes de corpos das vítimas no seu trabalho. Foi a um psiquiatra e está tomando remédios para conseguir dormir. Outros removeram corpos inteiros ou corpos partidos ao meio.

Ele disse que a Vale é a assassina, mas é a Vale que está fazendo seus próprios funcionários resgatar os corpos da lama.

Neemias Martins

Na hora do rompimento da barragem, Neemias, um mecânico elétrico, estava almoçando longe do refeitório da mina. O refeitório foi enterrado sob milhões de toneladas de lama. Ele está grato por não ter estado lá. Quando ouviu falar sobre o desmoronamento da barragem pela primeira vez, pensou que era apenas mais um exercício de treinamento, porque todos tinham sido informados de que a barragem era segura. Um colega de trabalho da mina de Jangada saiu e tentou ajudar a resgatar pessoas. **“Eu senti que não tinha forças para ir salvar pessoas e agora me sinto culpado.”**

Logo após o rompimento, ele perguntou a seus gerentes se ele poderia ajudar, retornando ao trabalho. Nesse momento, disse ele, a Vale mostrou uma total falta de respeito aos trabalhadores diaristas. Os bombeiros receberam tratamento especial, como almoços pagos e tarefas rotativas, mas os próprios trabalhadores da Vale não receberam nada disso.

Neemias relatou que os operadores de máquinas encontraram 11 corpos e outras partes de corpos. Havia um cheiro forte de corpos em decomposição e insetos estavam voando ao redor deles. Pausas de trabalho só ocorriam quando as máquinas tinham que ser consertadas.

“Estou muito deprimido, mas tenho de trabalhar. Peço a Deus que encontrem todos”. Mas um dos seus amigos mais próximos não foi encontrado.

VIII. Reunião com o Poder Legislativo e os Deputados Federais e Estaduais sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

Eduardo Martins de Lima, assessor do Relator da CPI de Minas Gerais André Quintão

Eduardo Martins de Lima apresentou um resumo do trabalho da CPI. Há duas casas legislativas no governo federal: o Senado e a Câmara dos Deputados. A CPI do Senado decidiu que a Vale é culpada porque assumiu o risco. Há outra CPI trabalhando na Câmara dos Deputados.

Minas Gerais tem apenas uma câmara legislativa, a Casa. O Legislativo está conduzindo uma investigação legislativa e é capaz de usar o poder judiciário, mas não pode impor sentenças. A CPI assessora o executivo, mas não obrigar o cumprimento de nenhuma lei.

Em 26 de janeiro de 2019, o Estado de Minas Gerais entrou com ação judicial para congelar 12 bilhões de reais, a título de despesa pública com a busca de corpos e indenização de danos. Eles já contrataram bombeiros, cães e equipamentos pesados.

A Vale tinha cálculos internos das perdas em caso de rompimento de uma barragem, bem como previsões para a trajetória da lama e das inundações. Alarmes nunca ativaram, causando perda de vidas.

A CPI está analisando as causas do rompimento da barragem e as consequências. Pelo menos 270 pessoas (e 2 nascituros) morreram, mas nem todas foram encontradas. As famílias tiveram que esperar muito tempo para saber que um membro da família havia morrido. Corpos foram encontrados a três metros de profundidade na lama.

Os objetivos da CPI são encontrar os responsáveis, desenvolver alternativas e diretrizes para a indenizações e criar novas leis. Uma lei que cria padrões mais rígidos para a construção de barragens está sendo desenvolvida.

O CPI estadual está em andamento, com data de apresentação de relatório de 14 de setembro. Até o momento, houve depoimentos de policiais, funcionários da Vale, trabalhadores, sindicatos e famílias. Há um consenso de que deve haver indenização. Há também consenso de que as lições não foram aprendidas com o rompimento da mina de Mariana três anos antes. Há esperança de que cada CPI forneça informações e lições.

Quanto aos pagamentos financeiros, os funcionários da Vale informaram à CPI que 23 acordos individuais foram firmados, com 170 em andamento. O processo careceu de transparência e de esforços para chegar a um acordo com os indivíduos perante o envolvimento do Ministério Público do Trabalho e os processos sindicais, o que resultou em acordos com valores muito baixos.

O testemunho dos executivos da Vale foi limitado, pois a Vale contratou advogados individuais para cada funcionário que testemunhou. Os advogados foram contratados pela Vale, não pelos indivíduos em questão. Não havia advogados para os trabalhadores, mas os trabalhadores atestaram o que testemunharam sobre o fracasso da empresa em fazer a manutenção da barragem.

Deputado Federal Rogério Correia, Relator, CPI da Câmara Federal dos Deputados

O deputado Correia é o relator da CPI para a investigação do desastre da Vale. Ele se reuniu com os sindicatos, famílias das vítimas, comunidades afetadas, movimentos sociais e a Igreja Católica. Antes da investigação federal, ele fez parte da comissão especial que monitorou o que ele enfaticamente chamou de “os crimes” de Mariana.

Ele afirmou que em Mariana as empresas estavam cientes dos riscos. O preço do ferro aumentou o que as fez aumentar a produção para atender as demandas de exportações sem qualquer preocupação com o emprego dos trabalhadores. Três anos depois a tragédia de Brumadinho ocorreu. Inicialmente havia esperanças de que, como Brumadinho envolvia uma barragem menor que a de Mariana, os danos seriam menores, mas evidentemente isso não foi o caso. Ele viu a filmagem do rompimento.

A Vale tentou, mas não conseguiu parar a comissão de investigação. Na audiência, os executivos da Vale foram representados por advogados pagos pela Vale. Sua reivindicação era que não havia problemas com a barragem, e ninguém sabia por que a barragem rompeu. Culparam os auditores contratados da firma alemã TÜV SÜD por terem dito que a barragem era segura quando a TÜV SÜD foi pressionada a mudar suas conclusões.

O depoimento dos trabalhadores, por outro lado, que ao contrário dos funcionários da Vale, que não tinham advogados monitorando o que diziam, contradizia isso. Os trabalhadores afirmaram que a Vale sabia que havia problemas com a barragem. A comissão tem e-mails que os condenam.⁸ Todos os documentos são públicos. A comissão conseguiu quebrar o sigilo telefônico para que fossem divulgadas mensagens de executivos da Vale.

O Vale sabia que a barragem era instável. Eles viram a lama da base. Quando tentaram inserir drenos, só piorou a situação.

Com relação ao TÜV SÜD, estão tentando conseguir que o embaixador alemão no Brasil assegure o testemunho dos engenheiros relevantes. O embaixador prometeu fazer com que os auditores da TÜV SÜD testemunhassem. Mas as pessoas relevantes voltaram para a Alemanha e desapareceram. Eles fizeram perguntas escritas a eles, mas não receberam nenhuma resposta.⁹

Há uma necessidade urgente de uma nova legislação federal referente à segurança das minas, mas as minas e o lobby da indústria têm impedido a aprovação de vários projetos de lei que poderiam evitar futuros rompimentos e proporcionar uma indenização adequada.

Há quatro projetos de lei que precisam ser aprovados. Há um projeto de lei em que estão trabalhando com o MAB que seria para todas as vítimas de barragens. Eles precisam de normas de segurança, requisitos rígidos de licenciamento e monitoramento verificado. Todas as barragens foram incluídas nas leis que tentaram aprovar.

As pessoas têm o direito de saber a verdade, disse ele, e eventualmente haverá responsabilização.

Deputada Estadual de Minas Gerais Beatriz Cerqueira

A Deputada Estadual Cerqueira informou a Comissão sobre seu histórico e o trabalho que vem realizando para lidar com as violações de direitos das comunidades associadas ao rompimento da barragem.

Ela afirmou que foi professora e agora é membra da CPI de Minas Gerais, que começou em março e vai até setembro. Ela também esteve envolvida em Mariana no ano de 2015, onde houve muitas violações de direitos.

Ela disse que o problema de segurança surgiu em Minas Gerais porque a indústria de mineração tem o controle do aparelho estatal. Esses rompimentos de barragens estão relacionados à forma como as mineradoras operam em geral no Brasil. Qualquer uma das barragens poderia ter desmoronado.

A CPI foi atrasada e prejudicada pela falta de depoimento da Vale e dos auditores alemães da TÜV SÜD, que estão protegidos por uma ordem de habeas corpus. Outros executivos da Vale afirmam não ter conhecimento de nada. Apenas os trabalhadores forneceram qualquer informação. O sistema da Vale era que todos os executivos escondiam informações. A Polícia Civil, no entanto, tem informações disponíveis.

Não existem políticas em vigor para proteger as pessoas atingidas pelas violações de normas de segurança nas minas. O Estado permite que as empresas de mineração sejam auto regulamentadas. O Estado é muito permissivo, não protege as pessoas, não fiscaliza e dificilmente impõe punições. A Vale não sente pressão e a comunidade empresarial defende a Vale e faz propa-

8 Por exemplo, de acordo com o New York Times, “nos e-mails incluídos no mandado de prisão, um engenheiro da TÜV Süd disse que as inspeções indicavam que a barragem estava em risco de liquefação - quando os rejeitos sólidos abruptamente se tornam um líquido turvo. O engenheiro, Makoto Namba, escreveu que a análise não estava completa, ‘mas, como sempre, a Vale vai nos colocar contra a parede.’” <https://www.nytimes.com/2019/02/15/world/africa/brazil-dam-arrests.html>

9 Após a visita da Comissão ICLR, os membros souberam que a TÜV SÜD parou de fornecer certificações de segurança de barragens. <https://www.reuters.com/article/us-vale-sa-disaster-tuvsud/tv-sd-pulls-out-of-dam-safety-checks-after-brazil-disaster-idUSKCN-1V91AR>



Membros da Comissão reúnem-se com o CPI federal
das vítimas.

ganda em seu nome. Até hoje, os lucros e a imagem da Vale permanecem intactos.

A Vale diz a seus executivos que não podem avançar em suas carreiras se forem considerados culpados. A Vale enviou seus trabalhadores para ajudar a encontrar corpos e partes de corpos, que agora sofrem de problemas psicológicos. A empresa também busca criminalizar os movimentos sociais.

A Vale assumiu o papel do estado, como em Brumadinho, onde as empresas estão substituindo o estado em matéria de educação e assim por diante. O processo tem sido muito difícil e, a partir de setembro, será mais um desafio para manter a visibilidade internacional da Vale. A Vale aposta no esgotamento

No ano passado, representantes da Vale foram à comunidade, em dezembro de 2018, para treinar as pessoas sobre o que fazer caso uma sirene disparasse indicando um problema na barragem. Eles usaram a sirene de alarme de outro local que não podia ser reconhecido. Os alarmes de prática não eram realistas, dando 7 ou 8 minutos para chegar ao ponto de encontro, mas na verdade havia apenas 35 segundos para escapar do refeitório em Brumadinho durante o rompimento da barragem. Nenhuma sirene foi ativada, e os sobreviventes foram apenas aqueles que não seguiram as rotas de fuga sugeridas pela Vale. A sirene não soou porque não havia ninguém disponível para acionar a sirene. Eles estavam monitorando de longe e era hora do almoço. Os que seguiram a rota morreram. No alojamento 30 pessoas morreram em 4 minutos.

Em maio, moradores de Córrego do Feijão fizeram um protesto no escritório da Vale. Um funcionário da Vale saiu e confrontou uma mulher que havia perdido o marido. São as mulheres que mais sofrem: perdem sua renda com a morte do marido e sua própria perda de renda não é reconhecida porque trabalham no setor informal. A Vale vem comprando terras em torno de uma comunidade afetada para colocar o lama que removeram. Os caminhões passam, fazem barulho, levantam poeira, mas não há diálogo com a comunidade.

A Vale não compartilhará nenhuma informação sobre a toxicidade dos resíduos da barragem. Pelo que ela sabe, não houve análise independente da toxicidade do lama.

Em Brumadinho, remédios antidepressivos são usados extensivamente no lugar de um sistema médico que não funciona. As pessoas têm sofrido com dengue e problemas de pele. Houve 2 suicídios em Brumadinho. Recentemente, ela recebeu um pedido de uma mãe por ajuda para pagar pelo tratamento de saúde de uma criança.

A Vale também usa o pânico e o desespero para fazer com que as pessoas deixem a região para que a Vale possa comprar o terreno para expansão, como fizeram em Barão de Cocais e Macacos.

IX. Reunião no Ministério Público do Trabalho (MPT)

Sônia Toledo Gonçalves é procuradora do MPT desde abril de 2001. Ela ressaltou o fato de ter falado individualmente, não pelo MPT. Ela descreveu a história e o processo pelo qual o MPT passou para conseguir acordos financeiros recentes, que serão descritos a seguir.

Ela começou a trabalhar no MPT em 2001. Ela faz parte de um grupo contínuo dentro do MPT organizado em março para lidar com a situação Vale-Brumadinho.

O caso tem sido muito doloroso, emocional e estressante. É claro que houve um pré-conhecimento de que um rompimento



Membros da Comissão Internacional Independente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ocorreria. Isto é baseado em evidências provenientes da polícia, das CPIs, e dos promotores públicos federais e estaduais. Todas as provas também apontam para o facto de ter sido possível evitar o acidente. A falta de respeito pela vida humana é perturbadora e assustadora. Ela disse que não pode acreditar que a Vale colocou um refeitório e escritórios administrativos no caminho de qualquer rompimento de barragem. Mais importante ainda, o acidente foi evitável.

O MPT teve duas pessoas trabalhando no processo para garantir o pagamento por violações de direitos humanos. O Ministério Público do Trabalho congelou 800 mil reais para pagar as despesas iniciais, valor que foi dobrado para 1.600.000 reais, o maior valor da história do MPT em Minas Gerais.

O MPT manteve um diálogo constante com as famílias, o que constituiu um avanço. É papel dos membros do MPT atuar como mediadores nos conflitos, diferentemente da advocacia dos movimentos sociais. Isso permite que a instituição mantenha alguma neutralidade.

Nesta situação, o MPT decidiu dialogar com as famílias e realizou assembleias em Brumadinho, incluindo um diálogo regular.

O MPT tentou explicar os riscos em um processo judicial. Este processo foi uma experiência de aprendizagem. As famílias não estavam acostumadas a termos legalistas. A linguagem usada foi complexa. O MPT atuou em parceria com os sindicatos.

Inicialmente, o MPT foi informado de que a Vale pagaria indenizações no valor de 50 vezes os salários mensais em danos morais, conforme previsto na legislação da Reforma Trabalhista de 2017.

As famílias não concordaram com isso e se recusaram até a discutir mais esta oferta. O MPT apresentou, então, uma impugnação constitucional à lei.

Então a empresa começou a oferecer mais dinheiro, por exemplo, 200.000 reais por família, 300.000 reais por família e 75.000 reais por irmão ou irmã. Estas ofertas tiveram o efeito de dividir as famílias.

À luz desta divisão, o MPT lançou uma ação coletiva. Isso ajudou o MPT a manter a harmonia entre as famílias e a iniciar um processo de negociação coletiva com a fiscalização do Tribunal.

A Vale buscou estabelecer acordos individuais com famílias e sindicatos por meio de advogados que muitas vezes recebiam pagamentos que quase igualavam ao valor a ser pago à família. Alguns desses honorários de advogados nos acordos foram anulados pelos tribunais.

As famílias, em sua maioria, resistiram ao esforço da Vale em fazer acordos individuais, pois as famílias perceberam que, com o envolvimento do MPT, a Vale estava aumentando suas ofertas.

A Vale, disse ela, estava contando com acordos individuais. A Vale não quer lidar com instituições públicas e sempre tenta isolar essas instituições e os sindicatos, como no caso do rompimento da barragem de Mariana em 2015.

O acordo foi aprovado em audiência, com 1 a 2 meses para execução. Isto se aplica a todas as famílias, mesmo aquelas que aceitaram acordos individuais anteriores. As famílias também tiveram o direito de pedir imediatamente as pensões dos trabalhadores falecidos. Danos materiais adicionais podem incluir a remoção de uma limitação fixa de 25 anos nos pagamentos da indenização dos trabalhadores em favor da expectativa de vida.¹⁰

Outro aspecto do acordo é uma garantia de emprego de três anos para os trabalhadores sobreviventes.

As famílias têm a opção de aceitar ou, se não, contratar um advogado e prosseguir.

Embora não elogie o acordo - na sua opinião, é pequeno em relação à gravidade do caso - considera que foi o melhor que puderam fazer nas circunstâncias.

A administração dos fundos de indenização será feita através do MPT e de uma comissão criada para o efeito, que incluirá representantes das famílias e outros.

Há outros pedidos de indenização que também podem ser feitos por trabalhadores sobreviventes, como, por exemplo, trabalhadores que estão procurando corpos e estão encontrando pedaços dos corpos de seus colegas. Um trabalhador disse que encontrou um tronco que era do seu colega de trabalho e que estava traumatizado e tinha de tomar medicação para isso. O efeito que o lama terá na saúde das pessoas também é desconhecido. Os investigadores estão tentando descobrir o que está na lama que pode expor as pessoas a riscos de saúde.

No fim, ela acredita que tem de haver uma auditoria independente da segurança das minas e das barragens de rejeitos.

No final da reunião, apresentou Andreia Cristina Custodio, uma trabalhadora do MPT que vive perto de Brumadinho. Seu bairro fica abaixo de uma barragem que tem a mesma construção e material da barragem que desmoronou. De acordo com seu testemunho, antes deste incidente, a Vale tinha uma reputação positiva. As pessoas se orgulhavam de usar a camisa da Vale. Agora as coisas estão diferentes. Ela disse que é preciso estabelecer padrões de segurança e que não há o mesmo brilho nos olhos dos trabalhadores da Vale.

X. Reunião com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)

O Procurador do MPMG, André Sperling, fez uma apresentação à Comissão sobre o seu trabalho na investigação:

O MPMG tem sido um participante nas investigações dos rompimentos das barragens de Brumadinho e Mariana e ainda está envolvido em Mariana.

A Vale e todas as mineradoras se engajam em práticas predatórias de mineração: obtêm o máximo lucro possível dos trabalhadores e não se preocupam com o impacto no meio ambiente. Outras empresas de mineração, como a Anglo American, construíram dutos para direcionar a água para a mina. Algumas utilizam trabalho escravo. Não reconhecem os direitos dos trabalhadores ou das comunidades. Esse tipo de mineração é de máximo lucro e desrespeita o meio ambiente e os trabalhadores.

O MPMG assumiu essa luta em Brumadinho e além. Brumadinho faz parte do sistema, que impacta as pessoas humildes que dependem do rio. Esse rompimento da barragem foi um crime, não um acidente. Não se pode prever um acidente, mas isso era previsível. A Vale sabia do risco. Eles calcularam os danos com antecedência, usando 2.600.000 reais como valor de uma vida humana.

10 <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/16/vale-brazil-mining-dam-collapse-brumadinho>

Sua área de responsabilidade é por danos a todas as pessoas prejudicadas pela indústria de mineração, não apenas a Brumadinho. A certificação de barragens também se tornou um problema. Empresas que certificaram a segurança da mina enfrentam processos criminais. A certificação de segurança não correspondia à realidade.

Outras cidades estão em perigo devido a lama de Brumadinho e Mariana. A Vale e a indústria de mineração em geral insistem que não há danos se a barragem não quebrar. Mas pode haver danos para aqueles que estão nas zonas de risco em torno de barragens construídas de forma semelhante.

Esse rompimento da barragem foi um crime, não um acidente. Não se pode prever um acidente, mas isso era previsível.

Muitas pessoas têm medo. Há uma preocupação realista de que elas serão mortas a qualquer momento. Temos que reconhecer os direitos das pessoas que estão nessas comunidades. Os familiares das vítimas mortas e feridas são as vítimas visíveis. Mas há um grande número de vítimas menos visíveis ou invisíveis, tais como as comunidades ao longo do rio que perderam seus meios de subsistência.

Muitos vivem da pesca. As comunidades quilombolas afro-brasileiras recolhem minhocas para vender como isca nas margens do rio. Não há mais minhocas, então essas vendas são perdidas. Para eles, a lesão é também uma questão de território. Danos monetários não resolvem o problema.

Para as comunidades do Rio Doce e Paraopeba, o MPMG precisa de assessores técnicos (Assessoria técnica) a serem escolhidos pelas pessoas afetadas, com engenheiros e outros moradores da região. As pessoas entendem o dano, mas não conhecem seus direitos. Esses assessores técnicos ajudam a resolver os problemas. Em Mariana, os técnicos falaram com os superiores e encarregados, mas esse conselho deve vir da base da hierarquia, não de cima. O protagonista principal deve ser a pessoa atingida.

Em Mariana, o Ministério Público Federal e outros estiveram envolvidos na negociação de um acordo que resultou na criação da Fundação Renova, que é controlada pela Vale e pela BHP. Essa fundação excluiu pessoas afetadas de sua governança e colocou todas as decisões nas mãos das duas empresas responsáveis pelos crimes. Isso não é aceitável. O MPMG está trabalhando atualmente em uma forma de corrigir isso.

O MPMG tem três assessores técnicos ativos em Mariana e quatro foram escolhidos para o Brumadinho. Em Mariana, o MAB e os movimentos sociais estavam ausentes, mas em Brumadinho, o MAB, o movimento social e a universidade foram trazidos para a mesa de discussão, o que fez uma grande diferença. Consultores independentes podem ajudar nas lutas coletivas. Estes consultores independentes têm de ser aprovados pelo procurador e pelo tribunal. Eles precisam ouvir e trabalhar com as vítimas.

A Vale tentou evitar isso, mas o MPMG conseguiu assessores técnicos em Brumadinho - o juiz deixou claro que a ordem seria cumprida. A tática de Vale tem sido tentar individualizar o problema. Em vez disso, há agora uma abordagem de mentalidade independente com financiamento direcionado do juiz para os assessores técnicos. A Vale vai pagar, mas através do tribunal não por meio de uma fundação que ela controla.

A Vale investiu em um fundo emergencial para fornecer 100.000 reais por pessoa. Em Mariana foram 10 mil reais. O Poder Judiciário Federal tem feito muito mais em Brumadinho do que em Mariana. Houve mais audiências, sendo a grande questão o reconhecimento das pessoas como vítimas.

O MPMG tem três áreas de atuação em danos neste caso. Ambiental, social e criminal.

A investigação criminal ainda está ocorrendo. A Vale segue lutando para evitar a responsabilização de seus executivos, isolando-os por não manter registros que demonstrem que foram informados dos eventos. Eles usam a mesma tática usada pelo crime organizado. Acima do nível de gerente geral, os documentos e a trilha de papel desaparecem. O MPMG percebeu que as autoridades de nível inferior bloqueiam deliberadamente a investigação alegando que não há registros. Mas há reuniões pessoais. As informações são transmitidas verbalmente. Eles sabem de tudo, só trabalham para não serem pegos.

Ele acredita que as mortes foram homicídios. A Vale sabia dos riscos, mas não tomou medidas para evitá-los.

XI. Reunião com a Comunidade Pataxó-Hã-Hã-Hãe¹¹



Membros da comunidade Pataxó-Hã-Hã-Hãe reúnem-se com a Comissão Internacional Independente.

Tanara Santos, cacique

A comunidade é impedida de ir ao rio. Doze famílias da comunidade não são reconhecidas como vítimas, disse ela. É negado à comunidade o direito à saúde e à educação. As mineradoras estão matando os direitos e a pátria. Eles acham que os povos indígenas não têm problemas, mas o dinheiro é um problema.

Não há paz na região, disse ela. Algumas pessoas desconhecidas quase queimaram as casas da comunidade. Proteger a terra é como estar na prisão. A mineradora quer restringir a comunidade. A terra não está demarcada e sua perda significa perda do sustento da família.

A comunidade Pataxó quer dignidade. Até mesmo o município não reconhece essa comunidade. O maior impacto do rompimento, disse este líder, foi **“roubar a nossa alegria.”**

Poder pescar, tomar banho e brincar no rio foram perdidos. A alegria de nadar se perdeu.

Os moradores não podem colher seus próprios alimentos e devem comer alimentos contaminados com pesticidas. Antes do rompimento, as crianças tinham segurança e saúde, mas não as têm hoje. Muita ajuda é necessária.

Arakuã Pataxó Hã Hã Hãe, cacique

A Vale prometeu muitas coisas, mas sem prosseguir. Ele afirmou que há uma falta de educação e uma falta de transporte para a clínica de saúde mais próxima. A comunidade quer paz, mas é ameaçada por pessoas desconhecidas que procuram o chefe. Todos estão preocupados e dormindo com os corações inquietos.

11 Após a visita da Comissão, a comunidade Pataxó iniciou uma nova negociação com a Vale em agosto de 2019, que inclui assuntos diferentes deste relatório, como possível realocação. Esses assuntos podem ser revistos em <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/25/com-a-morte-do-rio-paraopeba-em-brumadinho-indigenas-pedem-realocacao-de-territorio/>



Professor voluntário

Não há apoio do governo em termos de material escolar. Mesmo as cadeiras e carteiras não são adequadas. O rio está morto. Foi pedido à empresa que o revitalizasse, mas não é tão fácil assim. Pode-se pedir ajuda às autoridades para a saúde e a educação, mas não há um resultado final. Os membros da comunidade confiam na nação Pataxó. Mas as pessoas da Vale não reconhecem a comunidade Pataxó como uma das vítimas.

A comunidade está sob pressão, dormindo durante o dia e tentando ficar acordada à noite para se proteger contra os invasores. Não há paz. A água é enviada pelo Bispo, não pela Vale, e a comunidade também procurou ajuda da ONU.

Jovem

As escolas são necessárias, mas a medicação é prescrita. Ele não quer ter que tomar medicação.



Fotos acima: Membros da comunidade Pataxó-Hã-Hã-Hãe reúnem-se com a Comissão Internacional Independente.

XII. Conclusões e Recomendações da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho

A barragem de Córrego do Feijão, foi apropriadamente batizada com o nome de um suave e sensível ponto de passagem ribeirinho e humano. Durante quatro dias de audiências, ouvimos falar de erros, negligência e possível ocultação por parte da Vale e de seus empreiteiros que geraram uma atrocidade ambiental e humana. Não é fácil usar essa palavra. Os responsáveis tinham pelo menos três anos de aviso prévio, tecnologia prontamente disponível e amplos fundos para garantir que pelo menos, um rompimento previsível da barragem evitasse a perda de vidas humanas. Em vez disso, uma onda gigantesca feita pelo homem de rejeitos de minério de ferro em 25 de janeiro de 2019 esmagou, afogou e/ou desmembroou cerca de 247 indivíduos identificados forensicamente, com pelo menos mais 23 desaparecidos e considerados mortos. Os trabalhadores sobreviventes, familiares e moradores da comunidade enfrentam uma vida inteira de sofrimento e dificuldades econômicas. Todos os indivíduos afetados, bem como o ambiente da área, precisam de cura, indenização e remediação. Concluimos que a gravidade do desastre em Brumadinho, combinada com a recente e urgente aplicação da lei de direitos humanos ao desastre ambiental, exige que as autoridades legais brasileiras façam dos princípios de direitos humanos um filtro primário para enfrentar os danos causados aos indivíduos e comunidades pelo rompimento desta barragem e para moldar soluções apropriadas.¹²

A própria definição de “direito à vida” nos instrumentos da ONU fala do desastre evitável de Brumadinho. Este direito fundamental, conforme promulgado no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinado pelo Brasil em 1992, inclui “o direito dos indivíduos de estarem livres de atos e omissões que se destinem ou possam vir a causar sua morte não natural ou prematura, bem como de desfrutar de uma vida com dignidade...” A privação da vida envolve um dano ou lesão intencional ou de outra forma previsível e evitável que interrompa a vida, causados por um ato ou omissão.¹³

Respeitar e promover a dignidade humana é o princípio central de todo o direito internacional dos direitos humanos. Os Preâmbulos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), do PIDCP e do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) estabelecem “... a dignidade inerente ... de todos os membros da família humana [como] fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo...” A Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem, adotada em Bogotá em 1948, tem linguagem semelhante, mas reconhece e defende especificamente que a família é um conceito central para a dignidade humana e merece proteção.¹⁴

Os instrumentos de direitos humanos definem notavelmente a dignidade no contexto do local de trabalho, tornando tais definições especialmente relevantes para o desastre de Brumadinho. Por exemplo, o artigo 23 da DUDH afirma: “Todo aquele que trabalha tem direito a uma remuneração justa e favorável, garantindo para si e sua família uma existência digna da dignidade humana...” Nos termos do Artigo 7 do PIDESC, tal existência requer “condições de trabalho seguras e saudáveis.” Quando tal segurança falha, o Artigo 2(3) do PIDCP exige que os Estados “assegurem que todas as pessoas cujos direitos ou liberdades... sejam violados tenham um recurso efetivo...” e que os Estados “devem aplicar tais recursos...” A Declaração Americana sobre Direitos e Deveres do Homem vai mais longe ao afirmar que, embora seja o dever de cada pessoa trabalhar, ela reconhece fundamentalmente que todo ser humano tem o direito à segurança de sua pessoa - de estar livre da violência - e um dever recai sobre cada indivíduo de salvaguardar a sociedade.¹⁵

Além de ratificar as convenções de direitos humanos que envolvem o direito à vida e o direito a um trabalho seguro (PIDCP e PIDESC), o Brasil ratificou as convenções da Organização Internacional do Trabalho que tratam da prevenção de acidentes industriais graves - além das convenções gerais e específicas de saúde e segurança no trabalho de mineração. A Convenção

12 De fato, o Brasil é signatário de todos os principais instrumentos de direitos humanos conhecidos como Declaração Internacional de Direitos Humanos. Esses instrumentos foram incorporados ao direito brasileiro pela decisão do Supremo Tribunal Federal que lhes confere status supralegal, permitindo que tratados de direitos humanos sejam utilizados para interpretar não apenas disposições legais, mas também a própria Constituição.

13 https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_GC_36_8785_E.pdf

14 Artigos V e VI

15 Artigos XXXVII, I e XXIV.

nº 176 da OIT, a Convenção sobre Segurança e Saúde nas Minas (ratificada pelo Brasil em 2006), estabelece que “os empregadores devem tomar todas as medidas necessárias para eliminar ou minimizar os riscos à segurança e saúde nas minas sob seu controle” e, em particular, “tomar medidas para manter a estabilidade do solo nas áreas a que as pessoas têm acesso no contexto de seu trabalho.”¹⁶ Uma Recomendação associada desta convenção, que oferece uma espécie de Código de Prática para os empregadores, afirma que estes devem “Garantir que as barragens de rejeitos e outros represamentos sejam adequadamente projetados, construídos e controlados para evitar perigos de deslizamento de material ou rompimento.” Além disso, a Convenção 169 da OIT, a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais (ratificada pelo Brasil em 2002), entre outras coisas, protege a propriedade, as instituições e o meio ambiente das comunidades indígenas e tribais. Finalmente, o Brasil também ratificou a Convenção nº 155 sobre Segurança e Saúde Ocupacional.¹⁷

Aplicação de Convênios, Convenções e Recomendações em deliberações internacionais e até mesmo em tribunais¹⁸ têm produzido uma jurisprudência crescente de princípios e remédios de direitos humanos em desastres ambientais que os legisladores e juízes devem considerar como autoridade para suas próprias análises e referências. Um exemplo chave desta jurisprudência neste momento drástico de mudança climática, privatização e desastre industrial é o compêndio de princípios de direitos humanos recentemente publicado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e seu relator especial sobre o meio ambiente, Professor John Knox da Wake Forest University. O professor Knox forneceu a esta comissão uma cópia do documento “Framework Principles on Human Rights and the Environment” (Princípios fundamentais dos direitos humanos e do ambiente), que poderia ter sido escrito especificamente para o Brasil, afirmando: “A interdependência entre os direitos humanos e o meio ambiente é uma idéia cuja hora chegou.”¹⁹

Os Princípios fundamentais explicam as responsabilidades existentes - e não as novas - que vão desde o fornecimento de informações vitais sobre os riscos ambientais causados pela indústria até à identificação e avaliação de “quaisquer impactos adversos reais ou potenciais nos direitos humanos com os quais as [empresas] possam estar envolvidas, quer através das suas próprias atividades, quer como resultado das suas relações comerciais”. Essa linguagem parece particularmente adequada às circunstâncias em que os auditores terceirizados podem ter se reunido com a Vale para certificar que uma barragem potencialmente fatal era segura.

Além destes instrumentos jurídicos internacionais, existem também instrumentos internacionais corporativos a que as empresas se obrigam voluntariamente sob o pretexto da responsabilidade social das empresas ou para obter empréstimos do Banco Mundial e da sua filial de empréstimos comerciais, a International Finance Corporation (IFC). A Vale divulga que subscreve as diretrizes e normas da IFC, que incluem saúde e segurança, proteção ao meio ambiente, avaliação de risco e, em casos graves, reassentamentos involuntários. A adesão a esses padrões de Responsabilidade Social Corporativa representa um contrato público que a empresa celebrou com a sociedade, um voto de cumprimento das melhores práticas internacionais de direitos humanos, mesmo além daquelas contidas em instrumentos legais formais.

A Comissão levou em conta estes instrumentos internacionais na revisão das horas e horas de depoimentos das partes interessadas. Concentramos as nossas recomendações em quatro categorias que parecem mais adequadas às circunstâncias de Brumadinho para facilitar uma solução “remediadora” para estes sobreviventes e outros indivíduos afetados. O que o leitor não encontrará aqui é a palavra “acidente” ou a categoria de remediação “prevenção”. Embora acreditemos, naturalmente, que os acidentes precisam ser prevenidos, neste caso, é mais evidente que as atrocidades industriais precisam ser impedidas. A “prevenção” de acidentes falhou - como já foi demonstrado pelo desastre de Mariana há três anos com a mesma empresa e o mesmo tipo de barragem a montante. Quando agentes corporativos não executam práticas que protegem vidas, a remediação deve incluir penalidades que impeçam o mau comportamento e as avaliações puramente pecuniárias que muitas vezes acom-

16 O artigo 6º inclui especificamente o dever de tomar todas as medidas razoavelmente exequíveis para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores. O conceito de “medidas razoavelmente exequíveis” tem um significado jurídico especial que cria um ônus de culpa sobre o empregador, aumentando a responsabilidade objetiva em muitos casos.

17 Esta convenção reforça a aplicação do conceito de medidas razoavelmente exequíveis.

18 Ver Öneriyildiz contra Turquia, n.º 48939/99 (2004) (manutenção incorreta do aterro de lixo municipal); Kolyadenko contra Rússia, n.º 17423/05 (2012) (inundação rápida); Budayeva contra Rússia, n.º 15339/02 (2008). (deslizamento de lama).

19 Um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável é necessário para o pleno gozo dos direitos humanos, incluindo os direitos à vida, ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, a um padrão de vida adequado, à alimentação adequada, à água potável segura e ao saneamento, à habitação, à participação na vida cultural e ao desenvolvimento, bem como o direito ao próprio ambiente saudável, que é reconhecido nos acordos regionais e na maioria das constituições nacionais. Ao mesmo tempo, o exercício dos direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de expressão e de associação, à educação e à informação, à participação e aos remédios eficazes, é vital para a proteção do meio ambiente. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/FrameworkPrinciplesUserFriendlyVersion.pdf>

panham as decisões corporativas em arriscar as consequências do desastre e do litígio.

Assim, organizamos nossas recomendações pelos quatro títulos de “Justiça”, “Independência”, “Transparência” e “Dissuasão”. As principais conclusões e recomendações da Comissão são as seguintes:

1. Justiça

Conclusão

A Vale é proprietária da mina, manteve a barragem e contratou os auditores. Como na maioria dos processos corporativos, houve divisões de responsabilidade e tentativas de terceirização da segurança. Nossa visita não teve como objetivo avaliar a causa do rompimento.²⁰ Mas basta dizer que, ao contrário de sua corresponsabilidade em Mariana, a Vale tem total e última responsabilidade pelos atos de seus gerentes e de empresas terceirizadas em Córrego do Feijão e, portanto, pelas consequências dessa catástrofe.

O rompimento da barragem provocou graves violações dos direitos humanos. Não só as pessoas foram mortas arbitrariamente, e os seus meios de subsistência, propriedades e tradições foram destruídos, como o ambiente foi tão contaminado que o seu direito à saúde ficou comprometido e o efeito desta tragédia será sentido durante muitos anos. Aqueles que morreram sofreram a hedionda morte de serem enterrados vivos, muitos despedaçados, e aqueles que testemunharam o rompimento e suas consequências foram traumatizados. A tragédia causou ainda mais danos aos membros sobreviventes das famílias, através da sua inegável dor, choque emocional e violação da sua própria dignidade pessoal.²¹ Nessas condições, cabia à Vale tratar as pessoas de Brumadinho com dignidade e respeito e trabalhar para implementar remediações eficazes. As ações da Vale não eram apenas humanitárias, mas também seu dever. A conduta dos perpetradores após o fato é uma consideração relevante e admissível em questões considerando possíveis danos punitivos; conduta culposa para evitar a responsabilidade pode e agrava o dano sofrido.

Infelizmente, pelos testemunhos que ouvimos, é evidente que a Vale falhou neste aspecto. Um tema comum das pessoas e comunidades impactadas foi que a Vale forneceu pouca ou nenhuma informação sobre a perda de seus entes queridos e não entrou em contato ou expressou condolências às famílias por sua perda. Ouvimos falar de famílias que estão visivelmente deprimidas e que permanecem isoladas na dor. Ouvimos de trabalhadores que dedicaram suas vidas à Vale e que antes tinham orgulho de usar a camisa da Vale. Eles relataram que foram desrespeitados, e somente depois dos protestos das famílias dos sobreviventes é que a Vale concordou em fornecer qualquer tipo de desculpas.

Recomendação

De acordo com os instrumentos de direitos humanos que o Brasil ratificou, é imperativo que a Vale, e quaisquer outros cum-

Vale tem total e última responsabilidade pelos atos de seus gerentes e de empresas terceirizadas... e, portanto, pelas consequências dessa catástrofe.

20 A Comissão deseja sublinhar as recentes Conclusões e Recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal (tradução da Comissão): “Em relação à questão da responsabilidade criminal... a desativação [da barragem do Córrego do Feijão] desde 2016 (cujo efeito imediato teria sido aumentar o nível de complacência ao longo do tempo) aumentou a tolerância ao risco dos empregados da Vale, o que trouxe consigo uma falta de atenção operacional e contenção no que diz respeito ao custo das medidas necessárias para evitar a liquefação. Além disso, a Vale não possuía um sistema adequado de governança e compliance para coordenar o incentivo de diretores, gerentes e empregados para controlar o risco e cumprir a lei, o que se mostrou relevante para os desenvolvimentos causais que levaram ao rompimento da barragem. Os elementos justificativos reunidos pela CPI apontam para o crime de negligência criminosa... que se refletiu na criação de um risco quantificável, levando a um dever de agir - que foi ignorado - para evitar os danos que resultaram... Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal CPI de Brumadinho e outras barragens Relatório de julho de 2019, Seção 7: Conclusões e Recomendações em 339.

21 As jurisdições norte-americanas falam da perda de companheirismo, enquanto o Reino Unido fala da perda da sociedade. A África do Sul reconhece um conceito jurídico indígena chamado Ubuntu, que reconhece essencialmente que uma pessoa é uma pessoa através de outros e por causa deles - ou seja, a identidade de uma pessoa como esposa ou filho de alguém é um aspecto da dignidade dessa pessoa digno de proteção legal.

plices, indenizem completamente todas as vítimas desse desastre. Os destinatários desses pagamentos incluem:

- Famílias de pessoas mortas ou desaparecidas
- Sobreviventes do evento, incluindo trabalhadores diretos e terceirizados que sobreviveram e foram traumatizados e maltratados pela Vale
- Pessoas cujos modos de vida foram interrompidos ou prejudicados pelo evento, incluindo povos indígenas
- Pessoas cujo bem-estar econômico foi interrompido ou prejudicado pelo evento
- Pessoas cuja saúde está comprometida pela contaminação ambiental da terra e da água

Os pagamentos a indivíduos e os pagamentos para reparação ambiental devem ser feitos prontamente. É uma verdade mundial: Justiça atrasada é justiça negada.

Acreditamos, também, que é essencial abordar vários detalhes no quadro da remediação, conforme descrito por funcionários sindicais e governamentais. No rompimento da barragem de Mariana, em 2015, os acordos individuais foram negociados pela empresa, o que diminuiu a capacidade dos indivíduos afetados e da comunidade de obter justiça. Além disso, os sobreviventes tinham pouco acesso à expertise necessária para responsabilizar as empresas por danos morais que englobam danos punitivos ou exemplares, ou seja, a um custo compatível com os recursos da empresa.

Atualmente, embora alguns acordos alcançados estejam fora do limite legal de danos morais, esse limite regressivo de danos morais está sujeito a contestação constitucional perante a Suprema Corte. Acreditamos que os princípios de direitos humanos aplicados a este e outros casos ditam que essa limitação em si é uma ameaça à dignidade humana ao minar um quadro de indenização adequado com um limite artificial de danos. Também estimula o tipo de mau comportamento que a Vale demonstrou neste caso. A Vale demonstrou pelo exemplo de Brumadinho que, quando confrontada com uma aparente escolha entre a proteção de vidas humanas a longo prazo e a exigência de certificação de segurança a curto prazo, ela irá optar pelo atalho econômico. Pelo contrário, conforme enunciado no Quadro do Conselho de Direitos Humanos, os Estados devem assegurar “...Indenização, conforme necessário, para proporcionar remédios eficazes para as violações.” Os procedimentos devem estar disponíveis para reivindicações de violações iminentes e previsíveis, bem como violações passadas e atuais. Os Estados devem assegurar que as decisões sejam tornadas públicas e que sejam imediata e eficazmente aplicadas.”²²

É também um fenômeno amplamente compreendido que as corporações adotam processos decisórios que visam estritamente a obtenção de lucro quando decidem sobre um curso de ação em riscos identificados, geralmente comparando o efeito de balanço em uma retificação de risco, ou recall, com os possíveis danos judiciais e multas administrativas. Quando o custo da indenização de um risco de saúde e segurança é percebido como maior do que os custos esperados da materialização do risco, ou seja, multas e litígios, as empresas racionalizam a não remoção dos perigos, independentemente da lei, pois é mais lucrativo violar a lei. É ingênuo fingir que as empresas não são movidas pelo lucro e, portanto, é necessário garantir que esses cálculos corporativos não coloquem os trabalhadores em maior risco. Isso só pode ser feito por meio de sentenças punitivas que vão além do conceito comum de indenização.

2. Independência

Conclusão

A Comissão conclui, a partir de depoimentos que acreditamos serem credíveis, que antes dos sindicatos e organizações comunitárias se envolverem em negociações para compensar indivíduos e famílias, a Vale buscou alcançar acordos legais precoces e padronizados. Esse comportamento, afirmaram as testemunhas, cresceu a partir de um conflito de interesses ocorrido no rompimento anterior da barragem em Mariana, em 2015, no qual a Vale e a BHP, no fim, tomaram as decisões sobre quem compensar e quanto sem a participação das vítimas.

Se ainda não está claro, a partir das decisões de redução de custos que levaram as perigosas barragens a montante, é de interesse financeiro dos acionistas ou proprietários de todas as corporações limitar os pagamentos feitos aos indivíduos afetados pelos danos da empresa, sejam eles as mortes e lesões do rompimento da barragem ou a reparação do meio ambiente danificado.

22 <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/FrameworkPrinciplesUserFriendlyVersion.pdf>.

Por outro lado, aprendemos que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os sindicatos neutralizaram parte da influência empresarial, organizando apoio precoce após o desastre do Brumadinho, oferecendo serviços e contatos a indivíduos e famílias que sofreram danos. O MAB tem defendido a criação de equipes técnicas independentes de assessoria técnica para avaliar os danos psicológicos, a contaminação da água e outros danos ambientais e econômicos das pessoas afetadas, bem como de especialistas independentes para que os juízes ajudem a computar os danos.

A Comissão observa ainda, conforme aplicável ao Brasil, a análise do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a obtenção de informações especializadas independentes e acessíveis para todas as populações.²³ Além disso, a Comissão elogia o trabalho efetivo do MAB e dos sindicatos em exigir que fontes independentes e não patrocinadas por empresas divulguem ao público informações especializadas.

Recomendação

Todas as decisões sobre as indenizações devem ser tomadas com a contribuição das comunidades afetadas, e devem ser tomadas independentemente da Vale e de outras empresas que possam partilhar a responsabilidade pelo rompimento da barragem. No entanto, é importante que a Vale e essas outras empresas cooperem plenamente em termos de acesso a locais e informações. Essas decisões incluem:

- Quem deve ser indenizado pelos danos sofridos.
- O que deve ser indenizado, ou seja, perda de rendimentos, sofrimento, perda de companheirismo, perda de comodidades, perda de terras agrícolas, dificuldades econômicas, despesas médicas, despesas funerárias, inconvenientes sofridos por locadores, etc.
- O valor da indenização fornecida a esses indivíduos.
- Como garantir que as vítimas identificadas como elegíveis recebam a sua indenização, com especial atenção para as pessoas vulneráveis, tais como mulheres, crianças, idosos e/ou pessoas com deficiência.
- A necessidade, tipo e extensão da limpeza ambiental, incluindo serviços veterinários e outros serviços de reabilitação ecológica.
- A necessidade, tipo e extensão de avaliações médicas de longo prazo sobre os membros da comunidade que estão ameaçados pelo desastre e seu impacto ecológico de longo prazo sobre os patógenos, incluindo a consideração do bem-estar animal.
- O montante total de dinheiro que as entidades responsáveis são obrigadas a fornecer e/ou o compromisso segurado e garantido pelo banco exigido para as questões de longo prazo.
- Todas as barragens em Minas Gerais devem estar cadastradas em um programa de auditoria independente permanente para monitorar sua integridade estrutural e fazer os reparos necessários. A Vale e outras partes responsáveis devem arcar com todos os custos desse trabalho, mas as partes responsáveis não devem insistir em um papel ou influência na governança.
- Estudos devem ser realizados para medir a extensão e o efeito da contaminação de Brumadinho no meio ambiente.

Esses estudos devem ser conduzidos por cientistas independentes da Vale, sem conflitos de interesse.

23 <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/FrameworkPrinciplesUserFriendlyVersion.pdf> “[Par. 43]... Os Estados devem desenvolver dados desagregados sobre os efeitos específicos dos danos ambientais em diferentes segmentos da população, conduzindo pesquisas adicionais conforme necessário, para fornecer uma base para garantir que suas leis e políticas protejam adequadamente contra tais danos. Os Estados devem tomar medidas eficazes para aumentar a consciência das ameaças ambientais entre as pessoas que estão em maior risco. Ao monitorar e informar sobre questões ambientais, os Estados devem fornecer informações detalhadas sobre as ameaças e a situação dos mais vulneráveis. As avaliações dos impactos ambientais e de direitos humanos dos projetos e políticas propostos devem incluir um exame cuidadoso dos impactos sobre os mais vulneráveis, em particular. No caso dos povos indígenas e comunidades locais, as avaliações devem estar de acordo com as diretrizes adotadas pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

44. Os Estados devem desenvolver programas de educação ambiental, conscientização e informação para superar obstáculos como analfabetismo, línguas minoritárias, distância das agências governamentais e acesso limitado à tecnologia da informação, a fim de assegurar que todos tenham acesso efetivo a tais programas e à informação ambiental em formas que sejam compreensíveis para eles. Os Estados devem também tomar medidas para assegurar a participação equitativa e efetiva de todos os segmentos da população afetados na tomada de decisões relevantes, tendo em conta as características das populações vulneráveis ou marginalizadas em causa.

3. Transparência

Conclusão

O rompimento da barragem de Brumadinho pode ter recebido atenção mundial, mas foram retidas informações cruciais que conduziram ao rompimento e no seu desfecho. As decisões tomadas na sequência do desastre afetam dezenas de milhares de pessoas ou mais de todos os setores da sociedade civil. Muitos milhares de brasileiros vivem à sombra de outras barragens de rejeitos e as decisões tomadas em Brumadinho irão potencialmente impactar sua saúde e segurança, bem como sua renda se eles estiverem envolvidos com outro rompimento de barragem.

É de grande importância que todas as consequências do rompimento da barragem, incluindo as decisões sobre indenizações e recuperação ambiental, sejam feitas de forma justa para todos os envolvidos. A melhor maneira de garantir isso é abrir todas as vias privadas de resposta e comunicação para o público. As ações das corporações e do governo devem ser abertas para que todos possam ver e avaliar. Se um acordo é feito em segredo, com partes que juraram não revelar seu conteúdo, não é possível saber se foi feito de forma justa.²⁴

Recomendação

Todas as ofertas financeiras e outras, cálculos, estudos, acordos e outras atividades devem ser realizadas em um processo transparente, com os detalhes tornados públicos de forma acessível a todos os membros da sociedade civil impactados pelo rompimento da barragem. Detalhes de todos os acordos secretos ou não transparentes assinados até o momento devem ser revelados e, se as partes quiserem renegociá-los, isso deve ser permitido.



Caminhão carregando lama para longe do local deixa a área

24 O documento fundamental do Conselho dos Direitos Humanos dedica os Princípios Fundamentais 6 e 7 à transparência e à educação: “Os Estados devem conscientizar o público sobre os riscos ambientais específicos que os afetam e como eles podem se proteger contra esses riscos. Como parte do aumento da conscientização pública, os Estados devem desenvolver a capacidade do público de compreender os desafios e políticas ambientais, para que possam exercer plenamente seus direitos de expressar suas opiniões sobre questões ambientais (princípio fundamental 5), compreender as informações ambientais, incluindo avaliações de impactos ambientais (princípios fundamentais 7 e 8), participar na tomada de decisões (princípio fundamental 9) e, quando apropriado, buscar soluções para violações de seus direitos (princípio básico 10). Os Estados devem adaptar os programas de educação ambiental e de sensibilização do público à cultura, língua e situação ambiental de determinadas populações. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/FrameworkPrinciplesUserFriendlyVersion.pdf>

Além disso, seria adequado garantir que a sociedade civil tenha igualdade de recursos em relação à representação legal contra a Vale enquanto esses processos se desenrolam. Seria apropriado se os recursos da Vale pudessem ser mantidos em conta adequada, fora do controle da Vale e em benefício da sociedade civil que busca representação legal adequada, incluindo dispêndios legais apropriados.

4. Dissuasão

Conclusão

O rompimento anterior da barragem de propriedade da Vale/BHP em Mariana, matando 19 pessoas em 2015, não foi suficiente para mudar o comportamento da Vale em relação à prevenção de futuros rompimentos de barragens. Evidentemente, os custos de um rompimento foram percebidos nos escritórios executivos e na sala do conselho de administração como sendo menores do que o custo de uma investigação adequada e da prevenção de um rompimento.

Ouvimos testemunhos de que, literalmente, dezenas de barragens semelhantes em Minas Gerais poderiam sofrer um destino semelhante. É imperativo que a resposta contínua ao desastre de Brumadinho impeça ainda mais o mau comportamento da Vale e de outros proprietários de minas - e proteja os trabalhadores e a comunidade de suas decisões mortais.

Uma maneira de mudar o comportamento é impor penalidades financeiras muito grandes aos proprietários de minas cujas barragens rompem. Essas penalidades devem estar acima e além de todos os custos de indenização e remediação ambiental, que, naturalmente, também devem ser pagos integralmente pela parte ou partes responsáveis. Para ter o efeito desejado, esta sanção financeira adicional deve ser proporcional ao tamanho da empresa e não aos custos do rompimento da barragem. Também é importante reconhecer que, ao considerar os danos punitivos, um infrator que frustra o sistema de justiça e tenta atrasar o pagamento das indenizações deve receber uma penalidade punitiva maior do que aquela que se oferece aberta e honestamente para reparar seu erro antes que uma decisão judicial seja tomada.

Uma segunda abordagem eficaz para prevenir o rompimento de barragens é permitir penalidades criminais para os membros dos Conselhos de Administração das empresas cujas atividades matam ou prejudicam seres humanos ou o meio ambiente. É responsabilidade dos diretores saber o que suas empresas estão fazendo e garantir que o comportamento de suas empresas seja ético. Para aplicar penalidades criminais aos conselhos, não deve ser um requisito demonstrar conhecimento real do comportamento criminoso.

Uma abordagem rigorosa a atitudes de má-fé nas empresas está sendo adotada na Austrália, Nova Zelândia e outros países. Na Austrália, por exemplo, as autoridades federais consideram que “a responsabilidade criminal deve ser atribuída às pessoas coletivas quando a cultura empresarial encoraja situações que levam à prática de delitos”. As disposições tornam as empresas responsáveis pelas suas responsabilidades e políticas gerais de gestão.”²⁵

A dificuldade com esses tipos de processos criminais é que eles são frequentemente ignorados pelos promotores do governo por uma variedade de razões, incluindo o seu custo gigantesco. As acusações privadas são, por vezes, o único mecanismo de acusação que responsabiliza os perpetradores. Por exemplo, na África do Sul, nenhum proprietário de mina jamais foi processado criminalmente por negligência, causando a morte, ferimentos graves ou doença grave de um funcionário.

25 O Estado de Vitória, por seu lado, permitiu a acusação criminal por causar “uma ameaça grave para o ambiente; uma ameaça grave para a saúde pública; um risco substancial de danos graves para o ambiente; um risco substancial de uma ameaça grave para a saúde pública”. <https://www.business-humanrights.org/sites/default/files/reports-and-materials/Allens-Arthur-Robinson-Corporate-au/sites/default/files/publications/proceedings/downloads/26-norberry.pdf> na página 3.

É imperativo que a resposta contínua ao desastre de Brumadinho impeça ainda mais o mau comportamento da Vale e de outros proprietários de minas - e proteja os trabalhadores e a comunidade de suas decisões mortais.

Recomendação

A fim de dissuadir a negligência das empresas, como a que foi relatada na barragem de Brumadinho, a Comissão recomenda que:

Todas as leis que exigem o monitoramento de outras barragens, especialmente barragens a montante, devem ser reforçadas e rigorosamente aplicadas. Embora não haja uma maneira de eliminar cerca de 50 barragens a montante só em Minas Gerais, o método das barragens a montante deve ser imediatamente proibido.

As leis que permitem que as questões de segurança sejam autorreguladas devem ser alteradas de modo a prever um sistema de controle independente e transparente, pago pelas empresas mineiras.

Fundos destinados à instauração de ações penais privadas de infrações penais no âmbito da segurança, da saúde e do ambiente devem ser implementados, a fim de assegurar a instauração de ações penais.

A autorização de uma mina deve exigir um depósito numa conta estatal de fundos suficientes destinados à reabilitação de possíveis áreas afetadas, mesmo que a empresa vá à falência, e este montante deve ser revisto anualmente e aumentado se necessário.

Leis devem ser aprovadas para desencorajar os proprietários de minas e barragens de ignorar os riscos que essas estruturas representam. Em caso de rompimento de uma barragem, as empresas responsáveis pelo rompimento devem estar sujeitas a uma grande penalidade financeira, proporcional ao valor da empresa, a ser paga além dos custos de reparação e remediação ambiental. Além disso, executivos de alto nível das corporações, incluindo os Diretores dessas corporações, devem enfrentar sanções penais no caso de um rompimento de barragem evitável que resulte em danos significativos às pessoas ou ao meio ambiente.²⁶

Conclusão

Em conclusão, a Comissão manifesta o seu profundo apreço pela hospitalidade e pelas conversas construtivas que ocorreram durante a sua visita. A Comissão expressa as suas profundas condolências aos indivíduos e famílias que perderam entes queridos, meios de subsistência e locais sagrados em consequência desta catástrofe.

²⁶ SA Lei de Emenda à Saúde e Segurança nas Minas da África do Sul incluiu o seguinte acréscimo às suas disposições penais em 2008:

86A(1) Um empregador, diretor executivo, gerente, agente ou funcionário comete uma ofensa se ele ou ela infringir ou não cumprir as disposições desta Lei, causando assim -

- (a) a morte de uma pessoa; ou
- (b) lesão ou doença grave de uma pessoa.

86A(2) Se um diretor executivo, gerente, agente ou empregado do empregador cometer uma infração ao praticar ou omitir um ato e esse comportamento ou omissão tivesse constituído uma infração se tivesse sido feito pelo empregador, esse empregador está igualmente cometendo uma infração se o ato ou omissão cair no âmbito da autoridade ou emprego do diretor executivo, gerente, agente ou empregado em questão e do empregador-

- (a) foi conivente ou permitiu o desempenho ou omissão do diretor geral, gerente, agente ou empregado em questão; ou
- (b) não tomou todas as medidas razoáveis para impedir o fato ou uma omissão

86A(3) Para efeitos da subsecção (1), o/a -

- (a) fato de a pessoa ter emitido instruções que proíbem a execução ou uma omissão não constitui, por si só, prova suficiente de que foram tomadas todas as medidas razoáveis para impedir a execução ou uma omissão;
- (b) defesa da ignorância ou erro de qualquer pessoa acusada não pode ser admitida; ou
- (c) defesa de que a morte, lesão, doença ou perigo de vida de uma pessoa foi causada pela prática ou omissão de um ato da competência da autoridade ou do emprego de uma pessoa ao serviço do empregador não pode ser permitida.

Agradecimentos

Esta Comissão foi reunida com a cooperação de várias pessoas que dedicaram muito tempo e esforço procurando pessoas com os conhecimentos adequados e a angariar fundos para apoiar a Comissão. Queremos agradecer o apoio dos membros do Conselho do ICLR, incluindo Ashwini Sukthankar, Ben Davis, Angela Cornell, Jeff Vogt, Frances Schreiber e Jeanne Mirer. Gostaríamos de agradecer o apoio da Canadian Association of Labour Lawyers (Associação Canadense de Advogados Trabalhistas) e, especificamente, de Lori Harreman e Claude Melancon. Jeff Vogt foi instrumental na mobilização dos recursos da ILAW. Queremos agradecer-lhe pelos seus esforços, não só no apoio à Comissão, mas também pelo seu trabalho na organização do ILAW. Agradecemos à IADL por garantir a participação de seu representante no Conselho de Direitos Humanos na Comissão. Queremos agradecer a Merle Ratner, diretora de programa da ICLR que ajudou com toda a logística e coordenou o programa com os membros da Comissão.

Queremos agradecer a todos os membros da Comissão que participaram nesta missão. Cada membro desempenhou um papel importante, trazendo a sua experiência individual para o processo de elaboração deste relatório.

Queremos agradecer a Eduardo Armond do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais (SITICOP-MG), que convidou a Comissão e Maximiliano Nagl Garcez, advogado do SITICOP e 6 outros sindicatos para garantir que os membros da Comissão se reunissem com um amplo espectro das comunidades afetadas e funcionários públicos.

Queremos agradecer especificamente a Jonathan Rosenblum, que forneceu suas habilidades de edição a este relatório para garantir que ele causasse impacto e fosse facilmente compreensível. Reconhecemos também o trabalho de Charlotte Kates por sua habilidade em projetar profissionalmente o relatório e torná-lo vivo.

Principalmente queremos agradecer a todas as pessoas que se reuniram conosco para fornecer seus testemunhos e opiniões. Compartilharam a sua dor com a Comissão e a Comissão ouviu-os. Este relatório documenta o que eles disseram. A Comissão espera que este relatório, com as suas conclusões e recomendações, seja útil.

Anexo: Declaração Preliminar da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Rompimento da Barragem de Brumadinho

No início deste ano, sindicatos representantes dos trabalhadores da mina de ferro Vale Córrego do Feijão (SITICOP MG, Sindicato Metabase Brumadinho e Rede Nacional de Barragens da ICM) chegaram à Comissão Internacional de Direitos Trabalhistas (ICLR) para ajudar a enfrentar o impacto do colapso da barragem em Brumadinho, Minas Gerais. O ICLR contactou várias organizações de advogados de direitos humanos e, com seu apoio e assistência, criou a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Impacto do Colapso da Barragem de Brumadinho.

O foco da investigação está nas consequências do colapso da barragem e nas formas de evitar futuros colapsos de barragens.

A Comissão Independente iniciou seus trabalhos em 27 de julho de 2019. Nos dias que se seguiram à nossa chegada, tomamos o testemunho de muitas pessoas impactadas pelo colapso da barragem. Isso inclui familiares de trabalhadores mortos; familiares de moradores da comunidade mortos; trabalhadores e membros da comunidade que sobreviveram ao evento; povos indígenas; líderes e membros de sindicatos e organizações religiosas e movimentos sociais; e funcionários públicos. Visitamos a comunidade de Córrego do Feijão, a comunidade mais diretamente afetada pelo desmoronamento da barragem. Testemunhamos para a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) da legislatura mineira e conversamos com o relator da CPI para a Câmara dos Deputados.

Ouvimos de muitas partes interessadas que o colapso da barragem era previsível e evitável. Fomos informados de que havia muitos sinais que apontavam para o colapso, mas que não foram dados passos adequados para evitar que a tragédia ocorresse. Um colapso previsível e evitável de uma barragem não pode ser chamado de “acidente”.

Em 25 de janeiro, o colapso da barragem matou 259 pessoas, e mais 11 são consideradas desaparecidas, para 270 pessoas (e 2 nascituros) no total. Ouvimos o testemunho de que o 25 de janeiro foi apenas o início do que será um período muito longo de danos às famílias, às comunidades, à ecologia e à economia da região.

E ouvimos que o medo de que outras barragens desmoronem atinge dezenas de milhares de moradores de Minas Gerais, e é de vital importância tomar medidas imediatas para eliminar essa ameaça.

Fazemos as seguintes conclusões e recomendações preliminares, cuja implementação deve ser centrada nas necessidades das comunidades afetadas.

Nossas constatações e recomendações são guiadas por quatro princípios: Justiça, Independência, Transparência e Prevenção e Dissuasão.

1. Justiça

Os trabalhadores e moradores da comunidade mortos por este evento não o causaram. Nem os trabalhadores e os moradores da comunidade que sobreviveram.

Não há dúvida de que a Vale, proprietária da mina, tem responsabilidade pelas consequências desse evento. Há investigações em andamento que podem determinar que outras empresas dividem a responsabilidade. As causas do colapso da barragem e a divisão de responsabilidades não são o foco desta investigação.

A fim de obter justiça, a Vale e outros responsáveis devem indenizar completamente todas as vítimas deste evento. Isso inclui:

- famílias de pessoas mortas
- sobreviventes do evento, incluindo trabalhadores diretos e terceirizados que sobreviveram e foram maltratados pela Vale
- pessoas cujos modos de vida foram perturbados ou danificados pelo evento
- pessoas cujo bem-estar económico foi perturbado ou prejudicado pelo evento

Os sobreviventes e as comunidades devem ser tratados com dignidade e respeito. Infelizmente, pelos depoimentos que ouvimos, a Vale falhou neste aspecto. Alguns dos pontos em comum que causaram impacto nas pessoas e comunidades: a Vale nunca forneceu informações sobre a perda de seus entes queridos, nem mesmo entrou em contato com eles, que ninguém da administração da Vale expressou qualquer forma de condolências às famílias por sua perda, que as famílias nunca foram autorizadas a expressar sua dor a ninguém da Vale, que os trabalhadores que haviam dedicado suas vidas à Vale e se orgulhavam de usar a camisa da Vale foram desrespeitados pela Vale, que só se reuniram com as famílias após seis meses, e só após protestos de famílias de sobreviventes é que a Vale concordou em fornecer alguma forma de desculpas.

Além disso, a Vale e outros responsáveis devem pagar todos os custos necessários para a remediação ambiental e outros custos do evento.

Finalmente, esses pagamentos devem ser feitos prontamente. A justiça atrasada é a justiça negada.

2. Independência

Por definição, a Vale e outras partes responsáveis têm um conflito de interesses. É do interesse de seus acionistas limitar seus custos. As decisões que devem ser tomadas independentemente da Vale incluem:

- Quem é indenizado por ter sofrido danos
- O valor da indenização
- A necessidade, tipo e extensão da limpeza ambiental

Além disso, estudos realizados para medir a extensão e o efeito da contaminação sobre o meio ambiente devem ser feitos por cientistas independentes da Vale, embora a Vale e outros responsáveis devam arcar com todos esses custos.

3. Transparência

O colapso da barragem é um evento público que afeta potencialmente mais de 100.000 pessoas de todos os setores da sociedade civil. Para que as suas consequências sejam tratadas com justiça, é importante que a resposta esteja aberta para que todos a vejam e avaliem. Isso significa que todas as ofertas, cálculos, estudos, assentamentos e outras atividades sejam feitos de forma transparente, com os detalhes tornados públicos.

4. Prevenção e dissuasão

Este é o segundo colapso de uma barragem em Minas, envolvendo uma barragem da Vale em 3 anos. Há muitas outras barragens similares em Minas, e é imperativo que sejam tomadas medidas imediatas para evitar futuros colapsos.

Primeiro, uma investigação independente e minuciosa sobre o colapso da barragem de Brumadinho deve ser concluída, para que as lições possam ser aplicadas para evitar que a mesma tragédia ocorra novamente.

Segundo, todas as barragens em Minas devem ser inscritas em um programa de auditoria independente para monitorar sua integridade estrutural e fazer quaisquer reparos necessários.

Todas as leis que exigem o monitoramento de outras barragens, especialmente as barragens a montante, devem ser rigorosamente aplicadas. Quaisquer lacunas na legislação brasileira que permitam que quaisquer questões de segurança sejam auto-regulamentadas devem ser preenchidas por legislação apropriada.

Além disso, entretanto, é necessário um programa de dissuasão reforçado para assegurar que os proprietários de minas assumam sua responsabilidade de proteger seus trabalhadores e moradores das comunidades próximas às suas barragens. O simples pagamento dos custos totais necessários para alcançar a justiça não é suficiente. No caso de um colapso da barragem, esses custos são de sua responsabilidade, e não há debate sobre o assunto. Mas demasiadas corporações incorporam esses custos nos seus custos operacionais. Neste cálculo mortal, elas estimam que pagar os custos de um colapso de uma barragem é menor do que os custos de manter todas as suas barragens seguras. Isto não é aceitável. A melhor maneira de evitar isso é impor uma penalidade financeira muito grande a um proprietário de mina cuja barragem desmorona, a ser paga, além de suportar os custos de alcançar justiça. Para ter o efeito desejado, esta penalidade deve ser proporcional ao tamanho da empresa, e não aos custos do colapso da barragem.

Uma segunda abordagem eficaz para evitar o colapso de barragens é permitir sanções penais para os membros dos conselhos de administração das empresas cujas atividades matam ou prejudicam os seres humanos ou o meio ambiente. É responsabilidade dos diretores saber o que suas empresas estão fazendo e assegurar que o comportamento de suas firmas seja ético. Para aplicar sanções penais aos conselhos de administração, não deve ser um requisito mostrar conhecimento real do comportamento criminoso. Esta abordagem está sendo adotada agora na Austrália, Nova Zelândia e outros países.

Esta é a nossa declaração preliminar. Vamos preparar um relatório completo em português e inglês e apresentá-lo a todos os órgãos governamentais relevantes e disponibilizá-lo às partes interessadas.

Esta Comissão é apoiada pela International Lawyers Assisting Workers (ILAW), a Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (ALAL), a Canadian Association of Labour Lawyers (CALL) e a International Association of Democratic Lawyers (IADL).

Anexo: Breves Biografias da Comissão de Inquérito da ICLR ao Brasil 2019

Jeanne Mirer, Advogada, é sócia fundadora do escritório Mirer, Mazzocchi & Julien PLLC, em Nova Iorque. É especialista em Direito do Trabalho e Trabalhista. Ela tem lidado com inúmeras ações coletivas e ações multipartidárias para vítimas de discriminação e roubo de salário. Entre seus clientes estão vários centros de trabalho, a New York Taxi Workers Alliance, a Worker's United e outras organizações trabalhistas. Anteriormente, trabalhou no escritório Eisner & Mirer P.C. de 2007 até a fundação de seu escritório, onde trabalhou para outros clientes sindicais, bem como em diversas arbitragens. Antes disso, foi sócia do escritório Pitt, McGehee, Mirer, Palmer & Rivers em Detroit Michigan. Este escritório especializou-se em todos os aspectos do direito trabalhista, especialmente em ações coletivas complexas. O escritório lidou com centenas de casos a cada ano nos setores público e privado e é considerado o principal escritório de direito trabalhista boutique no Estado de Michigan.

Os clientes da firma incluíam Utility Workers Union of America, Local 223 e Communication Workers of America, Local 4100. Jeanne é Presidente da International Association of Democratic Lawyers (Associação Internacional de Advogados Democráticos), Presidente da Comissão Internacional de Direitos Trabalhistas e membra do Comitê Executivo da National Lawyers Guild, onde representa o Comitê Internacional da National Lawyers Guild.

Oscar Alzaga, Advogado, foi advogado trabalhista de 1975 a 2018. Trabalhou para o Sindicato dos Operadores Telefônicos da República Mexicana, o Sindicato Nacional DM, os Sindicatos Conasupo, o Sindicato Nacional Independente da Indústria Automotiva, o Sindicato Mexicano de Eletricistas, o Sindicato da Assembleia Legislativa do DF e o Sindicato Nacional de Mineração, entre outros, durante sua longa carreira. Estudou na Faculdade de Direito da UNAM entre 1970 e 1975. Foi membro da Associação Nacional dos Advogados Democratas (ANAD) de 1991 a 2018 e seu presidente de 1997 a 1999. Entre 1994 e 1996, foi advogado do EZLN nos diálogos de San Andrés e COSEVER. Foi membro da Association of Labour Lawyers of Latin America - ALAL (Associação de Advogados Trabalhistas da América Latina) de 2001 a 2018 e atuou como membro do conselho entre 2005 e 2013. Foi Magistrado da Corte Internacional de Liberdade de Associação no México em 2009, 2010, 2011 e 2012, e Juiz da Corte Internacional de Liberdade de Associação na Colômbia em 2012 e 2014. É autor de artigos, dissertações, 17 livros coletivos e três livros pessoais sobre direito do trabalho e lutas operárias.

Frank Luce, Bacharel em Direito, PhD., é um especialista em direito trabalhista e internacional que lecionou em universidades e trabalhou como consultor jurídico e funcionário em vários sindicatos importantes. Dirigiu programas no Work and Labour Studies Placement Course, Work and Labour Studies Programme, Social Sciences Department (Curso de Estágio de Trabalho e Estudos do Trabalho, Programa de Trabalho e Estudos do Trabalho, Departamento de Ciências Sociais), Universidade de York de 2012 a 2014 e Labour Relations in Canada: an Introduction, Work and Labour Studies Programme, Social Sciences Department (Relações Laborais no Canadá: um Programa de Introdução, Trabalho e Estudos do Trabalho, Departamento de Ciências Sociais), Universidade de York de 2011 a 2012. Foi Professor Adjunto na Osgoode Hall Law School. Foi Coordenador do Harriet Tubman Institute for Research on the Global Migrations of African Peoples (Instituto Harriet Tubman de Pesquisa sobre as Migrações Globais dos Povos Africanos), Universidade de York, de agosto de 2010 a setembro de 2011. O Dr. Luce é membro da Law Society of Upper Canada e foi nomeado pelo sindicato para arbitragens laborais de 2010 a 2015.

O Dr. Luce foi Advogado Associado do Canadian Auto Workers (CAW-Canada) (Trabalhadores de Automóveis Canadenses) e também trabalhou para o Departamento Internacional da CAW, trabalhou para a International Brotherhood of Teamsters, Joint Council 52 e Caley and Wray, Barristers and Solicitors. Foi cooperante com o Ministério da Administração Interna, Serviço Público e Trabalho da Guiné-Bissau e trabalhou na Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional como Assistente Executivo do Diretor Geral de Finanças e Administração.

David Michaels, PhD, Doutor em Saúde Pública, é Professor de Saúde Ambiental e Ocupacional na Escola de Saúde Pública do Instituto Milken da Universidade George Washington. De 2009 a janeiro de 2017, ele foi Secretário Assistente do Trabalho para Segurança e Saúde Ocupacional, o Secretário Assistente mais experiente na história da OSHA. Como Secretário Assistente, Dr. Michaels trabalhou para fortalecer a aplicação da OSHA em indústrias de alto risco. Sob sua liderança, a OSHA emitiu normas sobre sílica e berílio, e novos regulamentos de segurança sobre proteção contra quedas, espaços confinados, guindastes e gruas, estaleiros navais e geração e distribuição de eletricidade.

De 1998 a 2001, o Dr. Michaels atuou como Secretário Adjunto de Energia para o Meio Ambiente, Segurança e Saúde, encarregado de proteger trabalhadores, moradores da comunidade e o meio ambiente dentro e ao redor das instalações de armas nucleares do país. Ele foi o arquiteto chefe da iniciativa histórica de compensar os trabalhadores de armas nucleares que ficaram doentes pela exposição à radiação, berílio e outros perigos. O Dr. Michaels tem conduzido estudos epidemiológicos sobre trabalhadores de várias indústrias. O Dr. Michaels recebeu o Prêmio da Associação Americana para o Avanço da Liberdade Científica e Responsabilidade da Ciência e é o ganhador do Prêmio David P. Rall da Associação Americana de Saúde Pública para Advocacia em Saúde Pública, e do Prêmio John P. McGovern de Ciência e Sociedade concedido por Sigma Xi, a Sociedade de Pesquisa Científica.

Micol Savia, Advogada, é a representante permanente da International Association of Democratic Lawyers (Associação Internacional de Advogados Democráticos) no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, onde apresentou relatórios e declarações sobre as condições dos direitos humanos e os direitos dos trabalhadores em todo o mundo e participou em várias delegações jurídicas e missões de apuramento de fatos. É graduado em Direito pela Universidade de Turim, Itália, e trabalhou como advogado civil na Itália, trabalhando principalmente nas áreas de direito internacional e direitos humanos. É membro ativo da Associação Italiana de Juristas Democratas e é também membro da Associação Europeia de Juristas pelos Direitos Humanos. Em 2008, foi nomeado vice-secretário geral da IADL.

Richard Spoor, Bacharel em Direito, foi admitido como advogado do Supremo Tribunal em 1986. É diretor do Oxpeckers Investigative Environmental Journalism. Foi Sócio Associado da Cheadle Thompson e Haysom Attorneys, Diretor da Ntuli Noble and Spoor Attorneys e Diretor da Richard Spoor Incorporated Attorneys desde 2005 até hoje. Durante os anos 80 e início dos anos 90, Richard representou aqueles envolvidos na luta contra o apartheid, em particular os sindicatos e seus membros.

Ao longo da última década, a empresa RSI representou numerosas comunidades afetadas negativamente pela mineração e garantiu uma série de acordos inovadores com algumas das maiores empresas de mineração da África do Sul. Representou os sindicatos em investigações sobre alguns dos maiores desastres de mineração e industriais da história recente da África do Sul, incluindo: a explosão de poeira da mina de carvão de Middelbult em 1993; a explosão da mina de carvão de Tshikondeni em 1996; o incêndio de Sasol Synthol em 2004; a explosão de Modde-fontein em 1994; o incêndio de Paarl Print em 2009; e o colapso da ponte Injaka em 1998.

Richard representa trabalhadores de minas e indústrias que sofrem de doenças ocupacionais, incluindo trabalhadores de minas de amianto da África do Sul e comunidades expostas ao amianto, resultando em um acordo de \$40 milhões. De 2005 a 2018, seu escritório de advocacia liderou uma ação coletiva, representando antigos trabalhadores de minas de ouro que sofriam de silicose e silico-tuberculose, resultando em um acordo de US\$ 400 milhões. Seu escritório de advocacia está agora processando judicialmente empresas de mineração de carvão em nome de trabalhadores de minas de carvão com doenças pulmonares.

A firma de Richard é responsável por importantes precedentes que estabelecem julgamentos no campo dos direitos comunitários à terra e por uma recente decisão do Tribunal Constitucional sobre o direito das comunidades à compensação determinada antes do início da mineração.



International Commission for Labor Rights

A International Commission for Labor Rights (Comissão Internacional para os Direitos do Trabalho), ICLR, é uma 501(c)(3) sem fins lucrativos com sede em Nova York, e coordena o trabalho pro bono de uma rede global de advogados comprometidos com o avanço dos direitos dos trabalhadores através de pesquisa jurídica, advocacia, colaboração transfronteiriça e o uso de mecanismos jurídicos internacionais e nacionais de ponta.

Os nossos princípios

Acreditamos que todos os trabalhadores têm certos direitos fundamentais, que estamos empenhados em defender:

- de formar e aderir a sindicatos, e de negociar colectivamente por melhores condições de trabalho
- para ganharem o suficiente para se sustentarem e às suas famílias, para que as crianças não tenham de trabalhar
- trabalhar livremente, sem força ou coerção
- estar livre de discriminação no local de trabalho

80 Broad Street, Suite 613A - New York, NY 10004, USA - Ph 212.504.2950
www.laborcommission.org



International Commission for Labor Rights

Assistência Crítica para Pessoas Trabalhadoras e Sindicatos em todo o Mundo

80 Broad Street, Suite 613A
New York, NY 10004
Ph 212.504.2950
www.laborcommission.org



**Este relatório e a Comissão Internacional Independente de Inquérito
também foram apoiados por este relatório:**

International Lawyers Assisting Workers (ILAW)
Associação dos Advogados do Trabalho da América Latina (ALAL)
Associação Canadense de Advogados do Trabalho (CALL)
Associação Internacional de Juristas Democratas (IADL)

Outubro de 2019